JOSÉ ANTONIO DE BABOS MENDES

A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES SOBRE A QUALIDADE DOS PRODUTOS ADQUIRIDOS VIA LICITAÇÃO

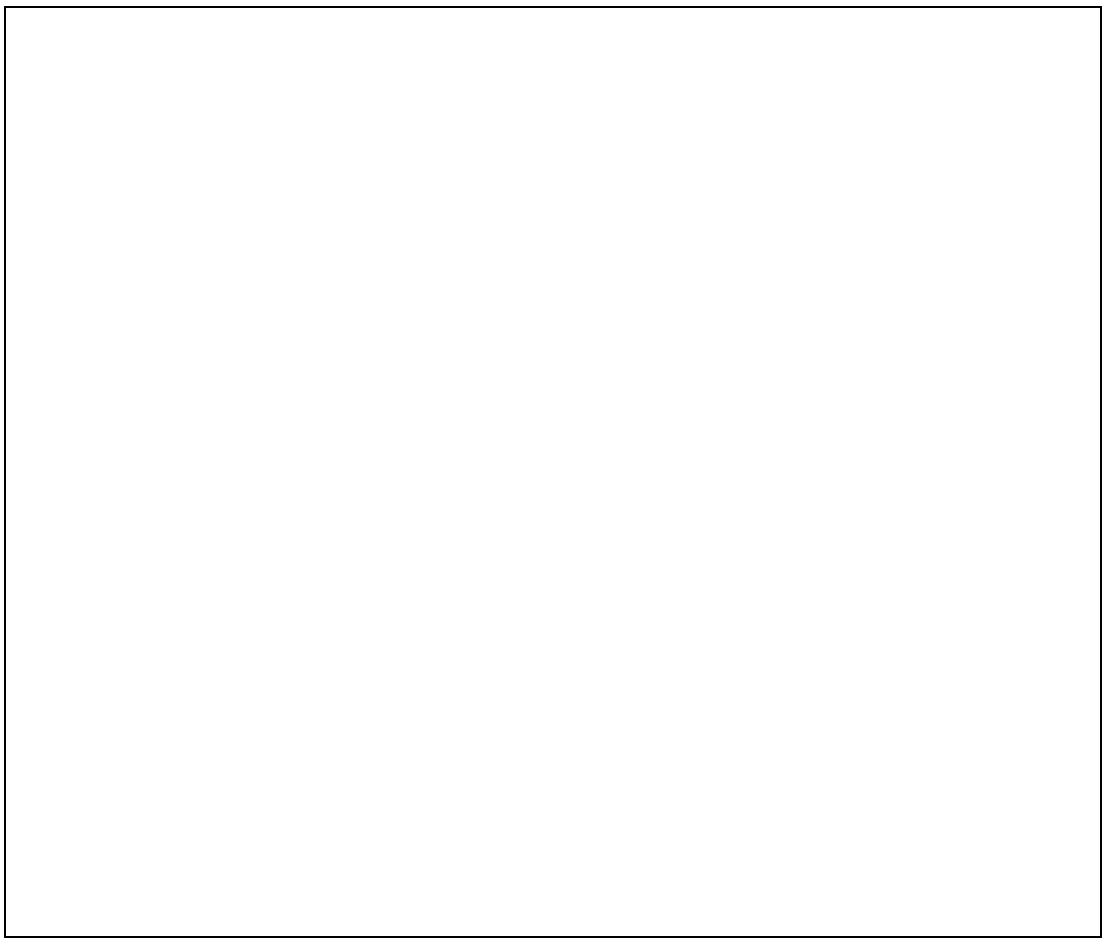
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração Pública – PROFIAP, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Orientador: Prof. Gilberto Venâncio Luiz

RIO PARANAÍBA - MINAS GERAIS

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba



Bibliotecário(a) responsável:

JOSÉ ANTONIO DE BABOS MENDES

A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DOCENTES SOBRE A QUALIDADE DOS PRODUTOS ADQUIRIDOS VIA LICITAÇÃO

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração Pública – PROFIAP, para obtenção do título de Magister Scientiae.

APROVADA: __ de _____ 202_.

Assentimento:

_____

José Antonio de Babos Mendes

Autor

_____

Gilberto Venâncio Luiz

Orientador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, fonte de toda sabedoria e força, que me guiou e iluminou em cada etapa desta jornada acadêmica, proporcionando-me perseverança e discernimento para superar os desafios.

À minha amada esposa, Cristiellen, dedico um agradecimento especial. Seu amor, apoio incondicional e principalmente a paciência foram o alicerce que me sustentou nos momentos de maior exigência. Sua presença constante e compreensão foram essenciais para que eu pudesse conciliar as responsabilidades acadêmicas com a vida pessoal.

À minha família, meus pais, meu irmão, avó e tios, agradeço pelo amor, incentivo e por acreditarem em meu potencial. O apoio familiar foi um porto seguro que me fortaleceu para seguir em frente.

Ao meu orientador, Prof. Gilberto Venâncio Luiz manifesto minha sincera gratidão pela orientação precisa, pelos ensinamentos valiosos e pela dedicação em compartilhar seu conhecimento. Sua expertise e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus colegas de trabalho Nathan, Alysson e Marco Antonio agradeço pelo companheirismo, pelo incentivo constante e pelo apoio mútuo. A troca de experiências e o ambiente colaborativo foram um estímulo para a realização deste trabalho.

Agradeço também a todos os servidores da UFV que cederam o seu tempo, experiência e conhecimento para participar da pesquisa: sem vocês este estudo jamais conseguiria alcançar os objetivos traçados. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Enfim, agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a construção deste trabalho, afinal ninguém vence sozinho!

RESUMO

MENDES, José Antonio de Babos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2025. **A percepção dos técnico-administrativos e docentes sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação**. Orientador: Gilberto Venancio Luiz.

Esta dissertação analisa a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) sobre a qualidade dos produtos adquiridos por meio de licitação. Inserido no campo da Administração Pública, o estudo considera os princípios da economicidade, eficiência e efetividade na gestão de compras públicas. A pesquisa investiga a falta de clareza nas especificações, falhas nos processos de aquisição e o desconhecimento dos servidores sobre como os trâmites licitatórios afetam a qualidade dos bens adquiridos. Adotou-se uma abordagem quantitativa, com a aplicação de questionário estruturado a todos os servidores do campus e a análise estatística descritiva, inferencial e analise fatorial dos dados coletados. Os resultados revelam percepções heterogêneas entre os servidores e destacam problemas como a inadequação funcional dos produtos, desempenho insatisfatório e impactos negativos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Além disso, observou-se a priorização do menor preço em detrimento da qualidade e limitações nas especificações técnicas. Como contribuição pratica foi elaborado um relatório técnico com recomendações para aprimorar o processo de compras na instituição, incluindo diretrizes para capacitação dos servidores e adoção de critérios que equilibrem custo e qualidade. O estudo oferece subsídios relevantes para a melhoria da gestão pública e da alocação dos recursos institucionais.

Palavras-chave: Compras Públicas, Qualidade, Percepção, Gestão Pública, Licitação.

ABSTRACT

MENDES, José Antonio de Babos, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2025. **A percepção dos técnico-administrativos e docentes sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação**. Orientador: Gilberto Venâncio Luiz.

This dissertation analyzes the perceptions of technical-administrative staff and faculty members at the Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) regarding the quality of products acquired through public procurement processes. Situated within the field of Public Administration, the study considers the principles of cost-effectiveness, efficiency, and effectiveness in the management of public purchasing. The research investigates how a lack of clarity in product specifications, shortcomings in acquisition procedures, and limited staff knowledge of procurement processes affect the quality of the goods acquired. A quantitative approach was adopted, involving the administration of a structured questionnaire to all campus staff and the use of descriptive, inferential, and factor analysis of the collected data. The results reveal heterogeneous perceptions among respondents and highlight issues such as functional inadequacy of products, unsatisfactory performance, and negative impacts on teaching, research, extension, and administrative activities. Furthermore, the study identified a tendency to prioritize the lowest price at the expense of quality, along with limitations in technical specifications. As a practical contribution, a technical report was developed containing recommendations to improve the institution's procurement process, including guidelines for staff training and the adoption of evaluation criteria that balance cost and quality. The study provides valuable insights to support the improvement of public management and the allocation of institutional resources.

Keywords: Public Procurement, Quality, Perception, Public Management, Bidding.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Metaprocesso de Contratação Pública.....17

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação faixa etária e sexo 30
Quadro 2 - Sexo vs Função/Cargo 31
Quadro 3 - Tempo como servidor, vínculo com UFV e cargo/função administrativa. 31
Quadro 4 - Variáveis da análise fatorial 35
Quadro 5 - Teste KMO e Bartlett 36
Quadro 6 - Análise Paralela 37
Quadro 7 - Cargas Fatoriais 37
Quadro 8 – Nomes dos Fatores 39
Quadro 9 - Características do Fator 40
Quadro 10 - Fatores que impactaram a qualidade com média e coeficiente de variação (C.V. %) 41
Quadro 11 – Tabela de Frequências 48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CFI	Indice de Ajuste Comparativo
EFA	Análise Fatorial Exploratória
KMO	testes de Kaiser-Meyer-Olkin
MAS	Medida de Adequação da Amostra
PNCP	Portal Nacional de Contratações Públicas
RMSEA	aplicação do erro quadrático médio de aproximação
SRMR	Raiz quadrada média residual padronizada
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Conta da União
TI	Tecnologia da Informação
TLI	índice de Tucker–Lewis
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFV-CRP	Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba
α	*alfa*
ω	*ômega*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9
1.1. Contextualização do Tema 9
1.2. Problema de Pesquisa 11
1.3. Objetivo Geral 12
1.1.1. Objetivos Específicos 12
1.4. Justificativa 13
2. REVISÃO DE LITERATURA 14
2.1. Compras Públicas: Licitação e Pregão 15
2.2. Eficiência no setor público 18
2.3. Percepção de Qualidade de Produtos 20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 23
3.1. Caracterização da pesquisa 23
3.2. O local da Pesquisa 23
3.3. População e Amostra 23
3.4. Coleta de dados 25
3.5. Análise de Dados 26
3.6. Procedimentos Éticos 28
4. ANÁLISE SITUACIONAL 29
4.1. Identificação do perfil dos respondentes 30
4.2. Elaboração e validação do questionário 34
4.3. Fatores que impactam a qualidade de produtos nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. 41
4.4. Análise da percepção de qualidade dos produtos comprados 45
4.5. Analise das experiencias dos servidores com produtos de baixa qualidade. 51
5. RECOMENDAÇÕES 53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 55
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 59
Apêndice A – Questionário 64
Apêndice B – Relatório Técnico 67

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do Tema

No setor público os bens e serviços a serem adquiridos pela Administração Pública devem ocorrer por meio de licitações em todos os Poderes e Esferas, assim as Compras Governamentais advém do preceito constitucional expresso no art. 37º, inciso XXI da Constituição Federal (Brasil, 1988).

O processo licitatório pode ser definido como um procedimento administrativo adotado pela Administração Pública para avaliar e selecionar as propostas mais vantajosas (Meirelles, 2016). Esse mecanismo visa prevenir escolhas arbitrárias de fornecedores, promovendo igualdade de oportunidades para todos os interessados aptos, conforme estipulado pelas normas do edital, como enfatiza Justen Filho (2008).

Esse processo torna possível a contratação de serviços ou a aquisições de bens de forma transparente e promovendo igualdade de condições entre os participantes. Permitindo que a Administração Pública contrate, conforme o interesse público, os fornecedores que atendam às condições necessárias para tal, tendo por base, além da qualidade do produto ou serviço, o valor do objeto, assim como a capacidade técnica e econômico-financeira do licitante (Teixeira; Penedo; Almeida, 2012).

A licitação pode então ser definida como um procedimento administrativo, pré-contratual, o qual um ente público, em exercício de sua função administrativa abre a todos os interessados em fornecer bens ou serviços, as condições estabelecidas previamente em instrumento convocatório a chance de formular e apresentar propostas dentre as quais a mais conveniente será selecionada e aceita para a celebração do contrato, conforme explica Di Pietro (2020). O procedimento licitatório baseia-se em princípios constitucionais como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, entre outros explanados conforme o artigo 5º da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021 que regulamenta a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Conforme Carvalho Filho (2019), o princípio da eficiência, incluído na Constituição pela Emenda Constitucional nº 19/1998, tem como objetivo conferir direitos aos usuários dos serviços prestados pela Administração Pública e estabelecer obrigações efetivas aos prestadores. Ele busca garantir os princípios da produtividade

e economicidade, exigindo a redução de desperdícios de dinheiro e a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional. Além disso, o princípio da eficiência requer a busca dos reais interesses da coletividade e o afastamento dos interesses pessoais dos administradores públicos.

Portanto, o administrador público tem o papel fundamental de seguir as diretrizes legais. Ele deve assegurar que as compras realizadas por meio de licitações sejam eficientes. Isso implica garantir bens e serviços de qualidade, com custo adequado e plenamente alinhados às necessidades do órgão público. Para que a licitação alcance esse nível de satisfação, é necessário que o solicitante discrimine e detalhe as características do bem ou serviço de forma clara.

Essa clareza deve ser alcançada sem induzir à escolha de uma marca específica de preferência do solicitante. A legislação permite a indicação de modelos e marcas, conforme o art. 41 da Lei 14.133/2021, apenas em casos específicos, nos quais o bem a ser adquirido justifique essa indicação como em caso de bens que exigem características especificas que visam garantir a funcionalidade, segurança ou garantia do produto. Assim, o fornecedor interessado em participar da licitação pode compreender com clareza o solicitado. Isso permite que ele forneça os materiais ou serviços com a qualidade esperada (Brasil, 2021).

Nascimento *et al.* (2011) em seus estudos destacam a importância da qualidade dos bens adquiridos via licitação para o desempenho das atividades dos servidores e como a inadequações desses produtos impacta negativamente o trabalho. Em outro estudo Medeiros *et al.* (2014) discute os desafios e as implicações da busca pelo menor preço na qualidade dos produtos comprados e ressalta a necessidade de equilibrar o preço com a qualidade a fim de garantir a satisfação dos usuários finais e a eficiência da administração pública.

Em outro, os autores Nascimento *et al.* (2011), Medeiros *et al.* (2014) e Capelli *et al.* (2018) enfatizam a importância da qualidade nas licitações, discutindo como a busca pelo menor preço pode comprometer a qualidade dos produtos. Eles destacam a necessidade de a administração pública considerar a qualidade como um fator crucial no processo licitatório, buscando um equilíbrio entre o custo e o benefício. Abordando a importância da definição clara das especificações dos produtos e da avaliação criteriosa das propostas para garantir a aquisição de bens e serviços que atendam às necessidades da administração pública (Capelli *et al.*, 2018).

1.2. Problema de Pesquisa

As compras públicas, através do processo licitatório são alvo de inúmeras pesquisas e estudos para a Administração os quais verificam suas várias modalidades, junto com diversos processos decisórios e de interações com fontes externas até a sua finalização. Temos assim a avaliação de sua credibilidade, eficiência e aplicabilidade nos processos de aquisições de bens e serviços para atender a demanda do serviço público em geral (Fernandes, 2019).

Para Motta (2010), os cidadãos têm a expectativa que a administração pública atenda suas necessidades, através de uma utilização consciente e eficiente dos recursos com total transparência de suas ações. Ainda de acordo com o mesmo autor, com a crescente participação e acesso por parte da população às tomadas de decisões, proporcionou o aumento da pressão sobre os gestores públicos, para que estes forneçam melhores e mais serviços à sociedade.

Um dos aspectos cruciais ao utilizar recursos públicos é garantir sua aplicação eficiente e efetiva, assegurando o retorno esperado dos bens adquiridos. Assim como no setor privado, espera-se que os bens ou serviços comprados pela Administração Pública apresentem qualidade e eficiência, conforme destacado por Costa e Terra (2019).

Nem sempre o menor preço indica a escolha do melhor bem, trazendo a foco a eficiência do sistema licitatório, no qual além de se adquirir um bem pelo menor preço é necessário mensurar o desempenho do processo de compras e se os bens e serviços adquiridos atendem à demanda conforme o pretendido pelo interesse público conforme apontado em alguns estudos (Bandiera; Prat; Valletti, 2009; Fiuza, 2009; Motta, 2010).

Em paralelo as normas que regem o processo licitatório e da exigência de critérios técnicos para a seleção dos fornecedores, a Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) enfrenta desafios relacionados à qualidade dos produtos adquiridos. Servidores técnicos-administrativos e docentes frequentemente relatam insatisfações quanto à adequação dos materiais recebidos às suas necessidades institucionais, impactando diretamente o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas. Além disso, há indícios de que muitos servidores desconhecem o funcionamento detalhado do processo licitatório, o que pode dificultar

a especificação adequada dos produtos e, consequentemente, comprometer a eficiência das compras públicas.

A problemática investigada neste estudo também se fundamenta na experiência do autor como servidor da Seção de Almoxarifado e Patrimônio da UFV-CRP, onde desempenha funções essenciais no recebimento, conferência e ateste dos produtos adquiridos. A rotina de trabalho do autor envolve a comparação entre as características descritas no empenho e os bens efetivamente entregues e o estado físico dos materiais no momento da entrega. Além disso, a atuação na aquisição e gerenciamento de materiais de uso comum do campus, como itens de limpeza e expediente, proporciona uma visão prática sobre os desafios enfrentados na gestão de compras públicas, incluindo questões relacionadas à qualidade, conformidade e armazenamento dos produtos adquiridos.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: Qual é a percepção dos servidores técnicos-administrativos e docentes da UFV-CRP sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação e de que forma a falta de conhecimento sobre o processo licitatório influencia a adequação desses produtos às necessidades institucionais?

1.3. Objetivo Geral

Analisar a percepção dos técnicos-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação, identificando sua adequação às especificações e necessidades institucionais, bem como seu impacto nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão das compras públicas.

1.1.1. Objetivos Específicos

1) Examinar, com base na literatura sobre compras públicas, os fatores determinantes para a aquisição de produtos de qualidade, destacando a importância de especificações claras e alinhadas às necessidades institucionais.

2) Identificar, a partir da perspectiva dos técnicos-administrativos e docentes, os principais fatores que impactam a qualidade dos produtos adquiridos via licitação, incluindo detalhamento das especificações, conformidade no momento da entrega e desempenho funcional.
3) Avaliar como os servidores percebem a qualidade e o desempenho dos produtos adquiridos, considerando os impactos da baixa qualidade nas atividades acadêmicas e administrativas.
4) Elaborar um relatório técnico contendo um diagnóstico detalhado e recomendações práticas para melhorar a qualidade e o desempenho dos produtos adquiridos, garantindo maior eficiência na gestão de recursos públicos

1.4. Justificativa

Este estudo justifica-se pela relevância estratégica das compras públicas para o funcionamento institucional e pela necessidade de alinhá-las aos princípios de eficiência, economicidade e legalidade, conforme a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021). Os processos licitatórios impactam diretamente na capacidade institucional de atender às demandas da sociedade e garantir a execução de funções públicas.

A motivação principal reside nas frequentes reclamações de servidores da UFV-CRP sobre a qualidade dos bens adquiridos, incluindo inconformidades, inadequação ao uso e problemas no estado físico dos produtos. Essas deficiências comprometem o desempenho das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, indicando fragilidades nos processos de aquisição.

Fundamentado na experiência do autor como servidor da Seção de Almoxarifado e Patrimônio da UFV-CRP, este estudo aborda lacunas que influenciam a qualidade dos produtos e seu impacto na percepção dos servidores. O autor, responsável pela recepção, inspeção e compras de materiais de uso comum, possui uma visão abrangente do ciclo de gestão de materiais, desde a aquisição até a disponibilização.

A literatura reforça a importância de especificações bem definidas. Descrições inadequadas ou genéricas podem resultar em produtos de baixa qualidade (Silveira;

Camargo, 2006), enquanto especificações excessivamente detalhadas podem restringir a competitividade (Santana; Camarão; Chrispim, 2020).

Ao compreender as percepções dos servidores, este estudo busca subsidiar ajustes nos processos de compras da UFV-CRP, visando uma gestão pública mais eficiente e alinhada aos princípios de economicidade e qualidade. Os resultados almejam beneficiar a instituição e os servidores, promovendo transparência, satisfação e adequação dos bens às necessidades da comunidade universitária.

Além de aprimorar os processos da UFV-CRP, este estudo oferece um modelo replicável para outras instituições públicas. A metodologia empregada e as soluções propostas podem ser adaptadas para diagnosticar e resolver problemas semelhantes em processos de compras públicas. A análise das especificações, a avaliação da percepção dos usuários e a busca por eficiência e economicidade são aspectos universais na gestão de compras públicas, tornando este estudo relevante para o aprimoramento de práticas em diversas organizações.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta pesquisa tem como objetivo abordar temas relacionados às compras públicas, aos processos licitatórios e a eficiência na administração pública, bem como compreender a percepção acerca da qualidade dos produtos adquiridos por meio de licitações. Busca-se analisar os impactos dessas aquisições na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. O estudo é centrado em aspectos cruciais como as compras no serviço público e a eficiência das práticas no setor público.

A administração pública é formada pela junção do governo com seus agentes administrativos, os quais seguem um ordenamento jurídico formado por leis, normas e funções que visam a organização da Administração do Estado (Bresser Pereira, 1995). Buscando atender às demandas da sociedade, através de serviços públicos de qualidade e políticas públicas fortes embasadas nas necessidades e focadas em garantir um ambiente favorável ao desenvolvimento da população sem discriminações através da promoção da inclusão social (Caetano, 2018).

Conforme Caetano (2018), em uma administração pública coesa e bem alinhada com os interesses do estado e da população é possível promover uma gestão com foco no melhor gasto e uso dos recursos públicos, tendo como norte de sua administração buscar atender as necessidades da população.

2.1. Compras Públicas: Licitação e Pregão

As compras públicas são as aquisições que o governo ou qualquer entidade pública em nome do Estado realiza. Essas compras podem incluir bens, serviços e obras, e estão sujeitas a uma série de regulamentos e procedimentos específicos para garantir a transparência e a equidade no processo de aquisição (Costa; Terra, 2019).

Esse processo tem como objetivo garantir a aquisição de bens, serviços ou obras essenciais ao funcionamento do Estado, unindo qualidade, eficácia e a melhor relação custo-benefício. Isso significa que os processos de compra públicos devem ser planejados para fomentar a competência entre os fornecedores, evitando a corrupção e o favoritismo (Costa; Terra, 2019).

Para isso o setor público, deve realizar suas compras mediante um planejamento elaborado pela administração do órgão, levando em conta o orçamento disponível, as necessidades básicas para o seu funcionamento e as necessidades de ampliação e crescimento. Dessa maneira, para a realização das aquisições vitais para um órgão público, a Constituição Federal exige que sejam seguidos os procedimentos regulamentados na lei nº 14.133/2021 denominada Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Costa; Terra, 2019).

Com os procedimentos e diretrizes revistos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Brasil, 2021), o serviço público busca garantir uma maior eficácia nas compras públicas e em sua gestão através de gastos conscientes do dinheiro público. O que possibilita a realização de compras mais eficientes, focadas na economicidade para fins de permitir que a administração obtenha os melhores produtos e serviços e não somente os mais economicamente viáveis.

É importante destacar que as compras públicas podem ter um grande impacto econômico em uma região ou país. Por esta razão, é essencial que os processos sejam transparentes e justos, e que os fornecedores tenham igualdade de oportunidades para competir por contratos públicos. Isto não só beneficia os fornecedores, mas também a economia em geral, pois pode aumentar a competência e a eficiência e fomentar o crescimento econômico (Costa; Terra, 2019).

No processo licitatório, a administração pública busca adquirir bens ou produtos daqueles que reúnam as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando em conta aspectos técnicos e econômico-financeiro do licitante assim

como a qualidade e valor do objeto licitado conforme explica Teixeira, Penedo e Almeida (2012).

Conforme Silveira e Camargo (2006), para alcançar a eficácia dos processos de compra se faz necessário uma descrição detalhada do objeto da licitação a ser adquirido. E para tal o solicitante também deve ter o cuidado de realizar a especificação correta do que pretende adquirir, permitindo assim uma boa compreensão do bem a ser adquirido, proporcionando que melhores preços sejam alcançados na licitação com bens que atendam às necessidades da administração pública.

Faria, Ferreira e Gonçalves (2013) acreditam que uma especificação do produto de forma genérica, sem estar descrevendo fielmente aquilo que se deseja adquirir leva os licitantes a se aproveitarem dessa incompletude para oferecer produtos com uma pior qualidade ou que não atendam completamente as necessidades do órgão. Por outro lado, ao se adotar especificações com exagero de detalhamento pode-se levar a uma restrição de participantes ou mesmo o direcionamento do certame conforme observado por Santana, Camarão e Chrispim (2020) onde os autores ainda apontam que a especificação incompleta e inexata também traz prejuízos ao processo de licitação, seja esse processo frustrado ao se adquirir bens com relação custo e benefício fora do esperado ou mesmo a uma licitação deserta.

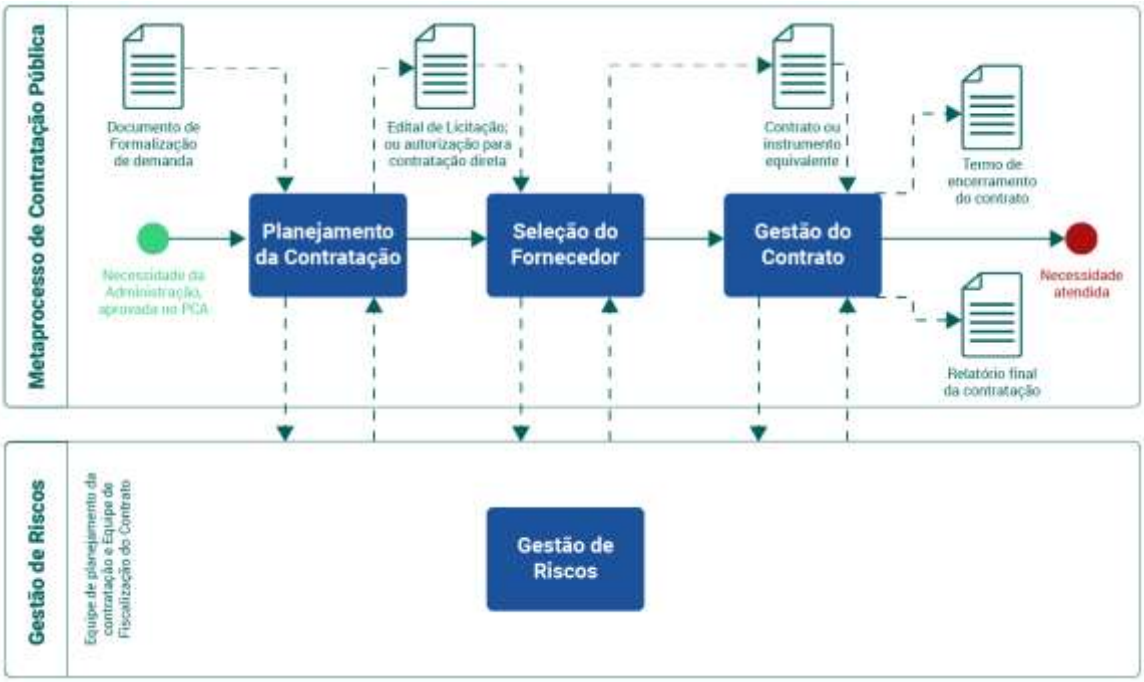
Por isso é de extrema importância que tanto o solicitante como o responsável pela execução do pregão fiquem em constante comunicação para se acompanhar a proposta realizada pelo fornecedor condiz com o produto descrito na solicitação e se este atende à finalidade pretendida, visto que alguns equipamentos ou produtos podem possuir pequenas variações que podem atrapalhar seu uso em uma aula pratica, mas caso a finalidade do produto seja para pesquisas onde essas variações não chegam a interferirem em seu uso.

Assim buscando trazer mais transparência e celeridade aos processos de licitação e acompanhando as evoluções tecnológicas, a administração pública vem no decorrer dos anos ampliando e aprimorando o uso de Tecnologia da Informação (TI) para realizar seus processos. A inovação na área das compras públicas possibilita a execução de processos mais transparentes e eficientes, reduzindo custos operacionais, agilizando e tornando o processo de compra pública mais eficiente (Amaral *et al.*, 2007).

Como modelo licitatório mais comumente adotado para a aquisição de bens e serviços comuns é o pregão, visto que esta modalidade permite definir em edital os padrões de desempenho e qualidade, utilizando especificações usuais praticadas no mercado (Oliveira, 2020). Souza e Castro (2012) defendem que a evolução das aquisições públicas com o uso da Tecnologia da Informação, proporcionou uma transformação para um modelo mais eficaz, o qual foi identificado como “Pregão Eletrônico” que foi essencial para a consumar o pregão como a principal modalidade das licitações públicas.

A modalidade de licitação denominada pregão foi instituída efetivamente através da Lei 10.520 de 2002 a qual foi determinada para aquisição de bens e serviços comuns e outras providências. O pregão pode acontecer de dois modos, sendo eles presencial ou eletrônico. A modalidade de pregão já existia desde a Medida Provisório nº 2.108/2000, mas só foi regulamentada com a lei supracitada (Carvalho Filho, 2019). Em 2024 ela foi substituída pela nova Lei de Licitação, também conhecida como Lei nº 14.133/2021, de 1 de abril de 2021 assim como a Lei 8.666/1993, para visualizar o processo de compras públicas o TCU elaborou o fluxograma da Figura 1.

Figura 1 – Metaprocesso de Contratação Pública



Fonte: Tribunal de Contas da União, 2024.

Este novo texto trouxe importantes mudanças para o processo de contratação pública no Brasil. Entre as principais alterações, destacam-se a criação do Portal

Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que centralizará e disponibilizará informações sobre licitações e contratos, a instituição do critério de julgamento por melhor preço, em substituição ao critério de menor preço, e a previsão de modalidades de licitação mais ágeis, como o diálogo competitivo e a licitação integrada. Além disso, a nova lei busca aumentar a transparência e a eficiência nas contratações públicas, estabelecendo regras mais claras e modernas para o processo licitatório. Com essas mudanças, espera-se que exista uma maior competitividade entre os licitantes e uma redução da burocracia, contribuindo para a melhoria da gestão pública no país (Brasil, 2023).

O pregão tem por prerrogativa proporcionar uma maior facilidade e celeridade em seu uso, tanto para órgãos públicos quanto para os participantes do processo. O que demanda de mais atenção de quem preside a seleção das licitações, já que, ofertas muito abaixo se comparadas ao valor de mercado e fora da realidade do objeto que está sendo licitado, devem ser desconsideradas (Lopes, 2018).

2.2. Eficiência no setor público

Com a premissa de aumentar a qualidade do serviço público e visando o aumento da satisfação da população, o princípio da eficiência foi incluído através da Emenda Constitucional nº 19 de 1998 no rol dos princípios fundamentais da Administração Pública (Taufick, 2021).

O processo licitatório desejando garantir o atendimento das necessidades da administração pública, definiu na Lei nº. 14.133/2021 que fossem observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia e outros conforme consta no Decreto Lei 4.657 que institui a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

O Tribunal de Conta da União (TCU) em seu Manual de Auditoria (Brasil, 2020), define eficiência como “a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período”. Ainda de acordo com o Manual de Auditoria do TCU (Brasil, 2023) pode-se entender então como a minimização do custo total ou como a produção de mesma quantidade e qualidade com o menor custo possível, tornando assim a eficiência

relativa visto que sua análise carece de algum tipo de comparação para avaliar seu real valor.

Araújo e Rodrigues (2012) observam que a eficiência deve ser observada e analisada durante todo o processo de contratação realizado pela Administração Pública, seja ele de bens ou serviços. É importante ressaltar que o contrato administrativo firmado na compra deve satisfazer as necessidades administrativas as quais foram definidas para justificar a realização do processo de compra e da utilização dos recursos públicos, evitando desperdícios.

O princípio da eficiência na Administração Pública, estabelece que não haja prejuízo a legalidade dos atos, o quais devem ser executados as atribuições com agilidade, perfeição e rendimento. E ao se realizar a função administrativa, só o desempenho dentro da legalidade não é suficiente, exige-se resultados assertivos para o atendimento dentro de padrões satisfatórios à comunidade e para o serviço público (Meirelles, 2016).

Bado (2017) entende que o princípio em questão força a Administração Pública a buscar resultados melhores, utilizando dos mais modernos recursos disponíveis e de forma mais econômica possível prezando sempre pelo interesse da administração. Nas licitações, isso equivale a analisar as modalidades mais adequadas para cada processo de compra, com base na legislação vigente e fazendo jus aos recursos e tecnologias disponíveis para prover o melhor desempenho do processo assim como o melhor resultado para o processo (Bado, 2017).

De acordo com Di Pietro (2020), o princípio constitucional da eficiência é pertinente a toda a Administração Pública e pode ser interpretada de duas formas: a primeira refere-se à atuação do agente público e a segunda está ligada a estrutura organização da Administração Pública, os quais devem buscar sempre atingir os melhores resultados para a gestão pública, e maneiras a atingir o bem comum almejado.

Já para Alves, Araújo e Carvalho (2023), através de estudo feito na UFCG identificaram a burocracia como um dos principais problemas dos sistemas de compras, levando a atrasos e a ineficiência do processo. Limitando suas oportunidades e racionalizando os resultados, o que é ainda é agravado pela falta de capacitação adequada dos servidores envolvidos no processo de compra. Acarretando em alguns casos até a relutância por parte dos servidores de adotarem novas práticas como as de sustentabilidade, que mesmo com uma estrutura legal

definida ainda existe a limitação da implementação desses critérios. Essa lacuna entre a pratica real e o disposto na legislação se torna um problema comum em várias instituições brasileiras (Guerra *et al.*, 2020).

Guerra *et al.* (2020) conclui que a burocracia, embora necessária, impacta negativamente na eficácia e na velocidade das contratações, a rigidez e complexidade excessivas, a desqualificação de processos, a racionalidade limitada na tomada de decisões, a necessidade de conhecimento especializado e as questões contratuais ajudam a retardar o processo. Assim a burocracia ao introduzir rígidos processos, necessitando de extensas documentações e alto nível de conhecimento, geram barreiras que dificultam a eficiência das contratações públicas.

2.3. Percepção de Qualidade de Produtos

A qualidade dos produtos adquiridos via licitação é um elemento central na gestão pública, principalmente em instituições que dependem da eficiência e adequação dos bens para suas atividades. Segundo Caetano (2018), a qualidade nas aquisições públicas pode ser definida como o conjunto de características de um produto ou serviço que são relevantes para atender às necessidades previamente definidas pelos solicitantes. No entanto, a determinação da qualidade depende diretamente de uma especificação clara e detalhada do objeto no momento da elaboração do edital de licitação.

A qualidade dos produtos adquiridos pode ser abordada sob duas óticas principais, conforme apontado por Caetano (2018): a especificação de desempenho, que define o propósito, aplicação e função esperados do produto; e a especificação de conformidade, que detalha minuciosamente as características físicas e técnicas do item. Ambas as abordagens possuem vantagens e desafios. Enquanto a especificação de desempenho proporciona maior flexibilidade para os fornecedores apresentarem soluções inovadoras, a especificação de conformidade reduz ambiguidades, mas pode limitar a competitividade no certame.

Além disso, Marcondes (2016) destaca que a qualidade é composta por um conjunto de atributos que determinam a capacidade de um produto em atender às demandas do cliente, ou no caso do setor público, da instituição que realiza a compra. Entre esses atributos estão durabilidade, funcionalidade, conformidade com os padrões estabelecidos e adequação ao uso esperado.

Garvin (1987) propõe cinco dimensões de qualidade que são amplamente aplicáveis à avaliação de produtos adquiridos via licitação. A primeira, denominada transcendental, está relacionada a conceitos subjetivos que envolvem a excelência percebida. A segunda é a dimensão baseada no produto, que avalia características técnicas e mensuráveis do item adquirido. A terceira dimensão é a baseada no usuário, que considera a satisfação do usuário final em relação ao desempenho do produto. Já a quarta dimensão, chamada de baseada no valor, relaciona a qualidade ao custo-benefício percebido pelo comprador. Por fim, a dimensão baseada na fabricação refere-se à conformidade do produto com os padrões de produção e requisitos normativos estabelecidos.

Uma especificação inadequada, como destacado por Faria, Ferreira e Gonçalves (2013), pode comprometer a qualidade dos bens adquiridos. A falta de clareza nas descrições do objeto licitado pode levar à entrega de produtos que não atendem às expectativas do órgão público, enquanto um excesso de detalhamento pode restringir a concorrência ou direcionar o certame. Nesse sentido, Santana, Camarão e Chrispim (2020) enfatizam a importância de um equilíbrio na elaboração das especificações técnicas, evitando impactos negativos no resultado da licitação.

Em estudo realizado no IFTM - Campus Ribeirão das Neves por Fernandes e Tocafundo (2021), observou-se que existe um desalinhamento entre a percepção dos solicitantes e dos técnicos do setor de compras quanto a adequação das descrições de bens e serviços. Enquanto solicitantes consideram as descrições satisfatórias, os técnicos apontam que no geral as especificações são superficiais e insuficientes. Sugerindo que muitas vezes as descrições elaboradas por servidores do setor administrativo, carecem de conhecimento técnico para caracterizar os produtos o melhor possível. Os autores ainda reforçam a necessidade de descrições técnicas e não comerciais, elaborados por demandantes com conhecimento aprofundado dos objetos para garantir o sucesso das compras públicas. A descrição inadequada pode levar à aquisição de produtos de baixa qualidade ou direcionar a contratação de fornecedores específicos, prejudicando a eficiência e a transparência do processo licitatório.

Para garantir a qualidade esperada nos produtos adquiridos, a adoção de tecnologias e ferramentas modernas também desempenha um papel relevante. Souza e Castro (2012) argumentam que o uso do pregão eletrônico e da tecnologia da informação transformou as aquisições públicas, tornando-as mais transparentes,

eficientes e menos suscetíveis a desvios. Além disso, a nova Lei nº 14.133/2021 reforça a necessidade de critérios claros e objetivos para a escolha dos fornecedores, priorizando a qualidade e a economicidade.

A qualidade nas compras públicas requer especificações claras e precisas, evitando requisitos vagos ou mal definidos que conduzem a resultados licitatórios insatisfatórios. Conforme destacado por Krudycz e Mussi (2025) em estudo na Universidade Federal da Integração Latino-Americana em Foz do Iguaçu (PR), elementos como planejamento detalhado, documentação completa, gerenciamento de riscos, colaboração intersetorial e compromisso com a melhoria continua são cruciais. Tais práticas visam otimizar o uso de recursos públicos e assegurar a eficácia dos processos aquisitivos.

A percepção da qualidade, no entanto, não se limita às características técnicas dos produtos. Conforme Lopes (2018), é necessário considerar também a experiência do usuário final, que avalia não apenas a conformidade do produto com as especificações, mas também sua eficácia no contexto prático de uso. Produtos que, apesar de atenderem às exigências do edital, falham em satisfazer as demandas funcionais do dia a dia podem ser considerados de baixa qualidade pelos usuários.

Mota, Aguirre e Casagranda (2021) entendem que a gestão da qualidade nas compras públicas é crucial para reduzir custos, aumentar a produtividade e garantir a satisfação dos usuários. Para isso defendem que o conceito atual de qualidade é a adequação ao uso, ou seja, é o atendimento das expectativas e necessidades dos usuários no que diz respeito a desempenho, segurança e economia. Assim em seus estudos na base Aérea de Campos Grande da Força Aérea Brasileira, eles sugerem a adoção de ferramentas e tecnologias para monitorar e melhorar os processos compras da instituição.

Em síntese, a literatura indica que a percepção de qualidade de produtos adquiridos no setor público está intrinsecamente ligada à clareza das especificações, à conformidade com os padrões normativos e ao alinhamento com as necessidades institucionais. O desafio da administração pública é assegurar que os processos licitatórios proporcionem não apenas economicidade, mas também a entrega de bens que satisfaçam de maneira eficiente as exigências e expectativas dos usuários finais.

No próximo tópico trataremos dos métodos e procedimentos que serão adotados nesta pesquisa, bem como suas etapas e a descrição do que foi desenvolvido em cada uma delas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Caracterização da pesquisa

A pesquisa possui caráter descritivo e buscou detalhar sistematicamente os fatos e fenômenos de uma realidade delimitada (Triviños, 1987). Portanto, requer do pesquisador uma série de dados e informações sobre o objeto investigado. Bervian, Cervo e Silva (2007) explicam que a pesquisa descritiva pode ser caracterizada como aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos, procurando descobrir, com a maior precisão possível, a frequência, relação e conexão com outros fenômenos, sua natureza e características. O critério utilizado foi um estudo descritivo, resultante do levantamento realizado com os servidores técnico-administrativos e docentes da UFV-CRP a fim de identificar a percepção deles quanto à qualidade dos produtos e serviços contratados.

A abordagem adotada foi quantitativa, o que, explica Vergara (2016), é dotada de procedimentos estatísticos para a interpretação dos dados. Já Richardson (2017), diz que o método quantitativo representa a intenção que o pesquisador tem de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de interpretação e análise, assim como propiciar uma margem de segurança quanto às inferências realizadas. Temos assim o questionário como a forma mais utilizada para coletar dados de natureza quantitativa, pois favorece mensurar com rigor o que se deseja saber, no caso deste estudo foi utilizado para atingir ao objetivo geral do estudo o qual é possível através dos objetivos específicos.

3.2. O local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba.

3.3. População e Amostra

A população-alvo deste estudo foi constituída por todos os servidores técnico-administrativos e docentes vinculados à Universidade Federal de Viçosa – Campus

Rio Paranaíba (UFV-CRP). Esse grupo foi escolhido devido à sua interação direta com os bens adquiridos via licitação, que influenciavam suas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, assim como também pela conveniência do pesquisador em termos de acesso e custos. No total, o campus contava com 222 servidores, sendo 97 técnico-administrativos e 125 docentes. Essa definição segue os critérios apresentados por Gil (2017), que descreve a população como o conjunto completo de elementos que possuem as características a serem investigadas em um estudo.

Diferentemente de estudos baseados em amostragem restritiva, a estratégia adotada foi a de aplicar o questionário a toda a população-alvo. Esse método foi escolhido para maximizar a coleta de informações e alcançar o maior número possível de respostas, com o objetivo de capturar a percepção geral dos servidores em relação à qualidade dos bens adquiridos via licitação. Segundo Richardson (2017), quando se busca investigar percepções abrangentes de um grupo específico, a inclusão de todos os elementos da população na pesquisa é o método mais apropriado, sempre que viável.

A aplicação universal do questionário demonstra uma estratégia eficaz para evitar vieses de seleção e garantir maior representatividade dos dados coletados. O instrumento foi disponibilizado de forma virtual, utilizando a plataforma Google Forms, com o objetivo de facilitar o acesso e assegurar que todos os servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) tivessem a oportunidade de participar da pesquisa.

Essa abordagem utilizou como critério de inclusão todos os servidores docentes e técnicos-administrativos ativos na UFV-CRP, oferecendo uma ampla base de participação. O estudo excluiu da pesquisa respostas em duplicidade e os servidores terceirizados, visto que estes não têm acesso aos sistemas de aquisição da instituição. A taxa de respostas ao questionário foi de 48,19% totalizando 107 respostas ao questionário e tivemos somente um caso de resposta duplicada que foi retirada das análises.

Para reforçar a adesão e maximizar a coleta de respostas, o envio do link para o questionário foi repetido sazonalmente até outubro de 2024. Essa estratégia buscou manter os servidores engajados e ampliar as chances de participação em diferentes momentos. Esse procedimento encontra respaldo nas orientações de Bervian, Cervo e Silva (2007), que ressaltam que métodos amplos e inclusivos são essenciais para garantir a representatividade e a validade nos estudos descritivos, especialmente em

cenários onde a análise de uma população diversificada é necessária para obter dados robustos e relevantes.

A abordagem de inclusão da totalidade da população reforça a robustez do presente estudo, oferecendo uma visão ampla e detalhada da percepção dos servidores sobre a qualidade dos bens adquiridos via licitação. Tal estratégia permite identificar padrões, divergências e fatores relacionados às experiências dos servidores no uso desses produtos, o que é essencial para subsidiar melhorias no processo de compras da UFV-CRP.

3.4. Coleta de dados

O instrumento de pesquisa foi desenvolvido pelo autor com base nos relatos dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFV-CRP durante o exercício de sua função na Seção de Almoxarifado e Patrimônio desta instituição acerca de suas experiencias com a qualidade dos bens adquiridos. Sendo elaborado para refletir diretamente as experiências e necessidades dos participantes, sendo um instrumento alinhado às percepções do público-alvo assim como aos objetivos específicos da pesquisa (Gil, 2017; Hair *et al.*, 2005).

Foi construído um questionário estruturado, composto por perguntas fechadas e abertas, com questões relacionadas ao perfil dos participantes, ao processo de compra, da percepção dos participantes em relação à qualidade dos produtos e o impacto nas suas atividades institucionais (Klein *et al.*, 2015).

A avaliação foi feita utilizando uma escala do tipo Likert de cinco pontos, permitindo aos respondentes expressarem seus níveis de concordância de forma clara e estruturada. Isso possibilitará maior precisão na mensuração das percepções e experiências (Klein *et al.*, 2015; Vieira, 2009).

Conforme explicado por Gil (2017) para a elaboração de questionários exige-se clareza e precisão nas perguntas, cada uma abordando uma única ideia. O número de perguntas deve ser limitado para evitar fadiga, iniciando com as mais simples e progredindo para as complexas. A ordem das perguntas é crucial, considerando o efeito de "contágio" e evitando perguntas indutoras ou que provoquem respostas defensivas. A apresentação deve ser clara, com instruções concisas e uma introdução explicando o propósito da pesquisa e a importância da participação (Gil, 2017).

Como o intuito do estudo é descobrir a percepção sobre a qualidade dos produtos adquiridos pela UFV-CRP, a elaboração de um questionário do tipo Likert é ideal, por ser uma ferramenta valiosa para medir atitudes e opiniões, facilitando a quantificação de dados subjetivos, sua análise e a interpretação dos resultados (Gil, 2017). Através do uso desta ferramenta torna-se possível aos servidores responderem através de múltiplos níveis de satisfação qual seu conhecimento e entendimento por cada item que compõe o formulário, podendo produzir assim dados de sua percepção acerca da qualidade dos produtos (Hayes, 1996).

A validação do questionário foi conduzida em múltiplos níveis, utilizando técnicas robustas de análise estatística. Inicialmente, foi realizada uma análise fatorial exploratória (AFE) para identificar as dimensões subjacentes às variáveis analisadas. O teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) foi aplicado para verificar a adequação da amostra, enquanto o teste de esfericidade de Bartlett avaliou a significância das correlações entre as variáveis. Valores de KMO acima de 0,70 e significância no teste de Bartlett ($p < 0,05$) são considerados critérios para a continuidade da análise fatorial (Damásio, 2012; Hair *et al.*, 2009).

Indicadores como o índice de ajuste comparativo (CFI), o erro médio quadrático de aproximação (RMSEA) e a raiz quadrada média residual padronizada (SRMR) foram utilizados para avaliar o ajuste do modelo. Valores de CFI acima de 0,90 e RMSEA abaixo de 0,08 indicam um bom ajuste (Kline, 2015).

Além disso, a confiabilidade do instrumento foi avaliada por meio dos coeficientes alfa de Cronbach e ômega de McDonald, que medem a consistência interna dos fatores. Valores acima de 0,70 são considerados aceitáveis, enquanto valores acima de 0,80 indicam alta confiabilidade (Cronbach, 1951). A validade de critério foi explorada por meio da correlação entre os fatores identificados e variáveis externas relacionadas, conforme sugerido por Hair *et al.* (2009).

3.5. Análise de Dados

A análise dos dados coletados incluiu um conjunto abrangente de métodos estatísticos univariados e multivariados para garantir uma interpretação completa e rigorosa das informações. Para caracterizar o perfil dos respondentes, foram empregadas técnicas de análise descritiva, abrangendo frequências, médias e desvios-padrão, permitindo uma visão geral dos participantes. Adicionalmente, a

utilização de tabelas cruzadas proporcionou uma avaliação mais detalhada das relações entre variáveis categóricas, como idade, gênero e tempo de serviço.

Essas análises foram complementadas pelo teste de qui-quadrado, que avaliou associações entre variáveis categóricas, possibilitando identificar padrões relevantes dentro do perfil da amostra. Essa abordagem combinada permitiu um retrato mais amplo e integrado dos respondentes, destacando diferenças e tendências significativas nas características analisadas.

Na etapa subsequente, testes de qui-quadrado foram aplicados para avaliar associações entre variáveis categóricas, complementados por testes não paramétricos, como o de Kruskal-Wallis e as comparações pós-hoc de Dunn, para identificar diferenças significativas entre grupos, seguindo recomendações metodológicas de Hair *et al.* (2009) e Luiz (2024). Esses métodos são especialmente adequados em cenários em que os dados não apresentam distribuição normal, como identificado pelo teste de Shapiro-Wilk (Damásio, 2012).

Como as variáveis não seguem uma distribuição normal e para assim controlar potenciais variáveis de confusão e avaliar com maior precisão as relações entre variáveis-chave, como vínculo institucional, experiência administrativa e conhecimento sobre processos licitatórios (Field, 2018). A abordagem seguiu os critérios sugeridos por Silva *et al.* (2023), destacando a importância do controle de variáveis externas na melhoria da validade interna.

Para validar o instrumento utilizado e identificar as dimensões subjacentes às variáveis de percepção de qualidade dos produtos adquiridos, foi realizada uma análise fatorial exploratória (AFE) como abordagem inicial. A adequação dos dados para a AFE foi verificada com os testes Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,735) e de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$), seguindo as recomendações de Hair *et al.* (2009) e Kaiser (1974), e corroborando a adequação dos dados para a análise fatorial, conforme sugerido por Hair *et al.* (2005). A AFE revelou quatro fatores principais, explicando 65,6% da variância total, o que é considerado satisfatório para estudos desta natureza (Damásio, 2012). A análise identificou os fatores principais que representaram as dimensões subjacentes das variáveis, proporcionando um quadro inicial robusto para o entendimento das relações latentes.

Através de indicadores como o índice de ajuste comparativo (CFI = 0,883), o erro médio quadrático de aproximação (RMSEA = 0,099) e a raiz quadrada média residual padronizada (SRMR = 0,088) foram utilizados para avaliar a qualidade do

ajuste do modelo, em conformidade com critérios estabelecidos na literatura (Kline, 2015). Esses resultados fortaleceram a confiabilidade e a validade da estrutura identificada.

Além disso, as análises de confiabilidade foram realizadas empregando os coeficientes alfa de Cronbach e ômega de McDonald. Esses indicadores, com valores superiores a 0,70 para todos os fatores analisados, asseguraram a consistência interna do instrumento de coleta, conforme sugerido por Paschoal e Tamayo (2004) e Luiz (2024). A confiabilidade unidimensional foi complementada com medidas de adequação da amostra (MSA), excluindo variáveis que não atenderam aos critérios estabelecidos.

Por fim, técnicas avançadas de verificação da normalidade dos dados foram aplicadas, como o teste de normalidade multivariada de Mardia, para identificar padrões não paramétricos nas variáveis analisadas (Damásio, 2012), onde resultados apresentaram uma assimetria significativa, com estatísticas de 93,691, grau de liberdade(gl) de 680 e p-valor menor que 0,001.

O conjunto de ferramentas estatísticas empregadas, apoiado por softwares como Excel e JASP, garantiu um tratamento sistemático e integrado dos dados, proporcionando bases sólidas para uma análise rigorosa e confiável. Este planejamento analítico meticuloso seguiu as orientações metodológicas de obras de referência como Hair *et al.* (2009), Paschoal; Tamayo (2004), Field (2018) e Luiz (2024).

3.6. Procedimentos Éticos

A aplicação do questionário que já foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFV com CAAE nº. 69875923.8.0000.5153 e número do parecer 6.104.162 conforme exigido pelas resoluções do CNS (466/12 e 510/16) e se dará pelo autopreenchimento via formulário eletrônico pela ferramenta *Google Forms*. O link do questionário foi enviado por e-mail para todos os servidores técnicos-administrativos e docentes da UFV-CRP. Neste e-mail foi disponibilizado um texto explicando a pesquisa e motivando-os a participarem.

Ao acessar o link antes de ter acesso às perguntas do questionário o participante da pesquisa é direcionado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a indicação de que poderá imprimir a página, fazer um “*Print*

Screen” ou clicar em um link no final do texto onde poderá fazer o download do termo assinado pelos pesquisadores. Ao final, clicando no botão de “aceito participar da pesquisa” será direcionado às questões de pesquisa para o início da coleta dos dados.

Os dados da pesquisa serão armazenados de forma segura e protegida com padrões rigorosos de sigilo por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Após este período, todos os dados e instrumentos utilizados serão destruídos, garantindo a inexistência de qualquer material identificável dos participantes. O armazenamento será realizado exclusivamente sob a responsabilidade do pesquisador principal, utilizando sistemas de segurança apropriados para evitar acesso não autorizado. A identidade dos participantes será tratada com padrões profissionais de confidencialidade, atendendo à legislação brasileira e assegurando que os dados sejam utilizados apenas para fins acadêmicos e científicos.

A pesquisa busca gerar benefícios coletivos, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento dos processos institucionais de compra pública, com impacto positivo na qualidade dos produtos e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Apesar das limitações inerentes ao ambiente virtual, medidas foram tomadas para garantir a proteção dos dados e assegurar o anonimato dos participantes. Assim, a pesquisa demonstra compromisso com os padrões éticos, respeitando os direitos dos indivíduos e promovendo avanços que beneficiem a comunidade acadêmica.

4. ANÁLISE SITUACIONAL

Esta seção destina-se a apresentar, organizar, analisar e discutir os dados coletados através do questionário do Apêndice A, junto aos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) a fim de investigar qual a percepção dos mesmos quanto a qualidade dos bens adquiridos pela instituição via licitação, seu conhecimento e participação no processo de compra.

Estes dados serão importantes para nortear como os servidores enxergam o processo de compra e sua atuação dentro dele para a aquisição de bons produtos, assim como apontar falhas e necessidades a serem corrigidas ou aprimoradas. Com base no perfil dos respondentes pudemos cruzar os dados para verificar se a participação nas compras acontece mais em uma categoria de servidores, sua

experiencia e sobre os conhecimentos necessários para acompanhar o processo de compra.

4.1. Identificação do perfil dos respondentes

O presente estudo caracterizou o perfil dos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) que participaram da pesquisa. Essa caracterização foi realizada com base em informações demográficas, institucionais e administrativas, visando compreender como essas variáveis podem influenciar a percepção dos respondentes sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação. Identificar esse perfil foi essencial para contextualizar as análises e correlacionar as características dos servidores com suas percepções.

Os dados revelaram que a maioria dos participantes está na faixa etária de 40 a 49 anos, representando 47,17% da amostra, seguidos por servidores entre 30 e 39 anos, que totalizam 38,68%. Os grupos de 50 a 59 anos e 60 anos ou mais representam 7,55% e 4,72%, respectivamente. A menor participação foi observada entre servidores de 18 a 29 anos, com apenas 1,89% da amostra. Além disso, identificou-se uma predominância de respondentes do gênero masculino (60,38%) em comparação ao feminino (39,62%) vide Quadro 1. Essa predominância pode refletir a composição de gênero nos diferentes setores da universidade, impactando diretamente o vínculo institucional e a percepção acerca dos bens adquiridos.

Quadro 1 - Relação faixa etária e sexo

	Qual seu sexo?			
Qual sua Idade?	Feminino	Masculino	Total/Faixa	%/Faixa
de 18 a 29 anos;	1	1	2	1,89%
de 30 a 39 anos;	16	25	41	38,68%
de 40 a 49 anos;	22	28	50	47,17%
de 50 a 59 anos;	0	8	8	7,55%
de 60 anos ou mais.	3	2	5	4,72%
Total Geral	42	64	106	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Outro ponto que podemos verificar no Quadro 2 é que 39,62% dos respondentes são do sexo feminino e 60,38% são do sexo masculino. Observa-se que, entre as participantes do sexo feminino, 45,24% possuem experiência com cargo ou função administrativa, enquanto 54,76% declararam não ter experiência. Já entre

os participantes do sexo masculino, 60,94% possuem experiência e 39,06% não possuem.

Essa distribuição revela uma maior proporção de homens com experiência em cargos ou funções administrativas, enquanto há uma predominância de mulheres sem essa experiência. Esses dados podem refletir características institucionais ou diferenças históricas relacionadas ao envolvimento em práticas administrativas no setor público.

Quadro 2 - Sexo vs Função/Cargo

	Tem alguma experiência em cargo/função de gestão administrativa?					
Qual seu sexo?	Experiencia Sim	% Sim	Experiencia Não	% Não	Total	% Total
Feminino	19	45,24%	23	54,76%	25	39,62%
Masculino	39	60,94%	25	39,06%	39	60,38%
Total	58		48		106	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Entre os vínculos institucionais, os servidores técnico-administrativos constituíram a maior parte da amostra conforme demonstrado no Quadro 3, representando 53,77%, enquanto os docentes corresponderam a 46,23%. Quanto ao tempo de serviço, 75,47% dos respondentes declararam possuir mais de 7 anos de vínculo com a UFV-CRP, evidenciando um grupo de participantes com ampla experiência na instituição. Adicionalmente, verificou-se que 54,72% dos participantes já ocuparam cargos ou exerceram funções de gestão administrativa, o que reflete um contato mais direto e frequente com os processos institucionais, como compras públicas.

Quadro 3 - Tempo como servidor, vínculo com UFV e cargo/função administrativa

		Tempo como servidor (anos)						
Qual seu vínculo com a UFV?	Alguma experiencia cargo/função administrativa?	menos de 1	entre 1 e 3	entre 3 e 5	entre 5 e 7	mais de 7	Total Geral	(%) vinculo
Docente	Não	3	2	2	0	11	18	16,98%
	Sim	0	2	0	1	28	31	29,25%
Total		3	4	2	1	39	49	46,23%
Técnico-administrativo	Não	0	3	0	7	20	30	28,30%
	Sim	0	2	2	2	21	27	25,47%
Total		0	5	2	9	41	57	53,77%
Total Geral		3	9	4	10	80	106	
(%) Tempo como servidor		2,83%	8,49%	3,77%	9,43%	75,47%	100,00%	

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Este estudo investigou a potencial relação entre o vínculo funcional dos servidores da UFV-CRP (docente *versus* técnico-administrativo) e o seu grau de

conhecimento autodeclarado sobre os processos de licitação. A hipótese subjacente era de que os servidores docentes apresentariam, em média, um menor domínio do tema em relação aos técnicos-administrativos. Para testar essa hipótese, utilizou-se o teste Qui-quadrado resultou em um valor-p de 0,591, com 3 graus de liberdade e X^2 = 0,899. Esses resultados indicam que a hipótese nula não pode ser rejeitada, ou seja, não há associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas.

Tal ausência de significância pode ser atribuída à baixa variabilidade nas categorias ou ao número insuficiente de participantes na amostra. Ademais, os coeficientes nominais reforçam essa análise. O coeficiente de contingência é de apenas 0,076, sugerindo uma relação inexistente ou extremamente fraca entre as variáveis. Os valores de Lambda, tanto para linhas quanto para colunas é simétrico, e são iguais a 0, evidenciando que o vínculo não oferece informações relevantes para a previsão do grau de conhecimento (Field, 2018; Hair *et al.*, 2009).

As medidas de correlação ordinal também apontam para uma ausência de relação significativa entre as variáveis. O coeficiente gama, com valor de -0,045 e intervalo de confiança entre -0,347 e 0,257, mostra uma correlação muito fraca. De maneira semelhante, o Tau-b de Kendall apresenta um valor de -0,027, com p = 0,772, corroborando a inexistência de associações relevantes. Assim, conclui-se que não há evidências estatísticas que sustentem qualquer relação significativa entre o vínculo com a UFV e o grau de conhecimento em licitações (Field, 2018; Hair *et al.*, 2009).

Subsequentemente investigou-se a associação entre a posse de experiência em cargos ou funções administrativos pelos respondentes e o nível de conhecimento em licitações por eles reportado, através do teste de contingência. A hipótese norteadora desta análise era de que os servidores com experiencia gerencial prévia apresentariam um domínio mais aprofundado dos processos licitatórios. Nesse caso, o teste Qui-Quadrado revelou um valor-p de 0,003, com 3 graus de liberdade e X^2 = 14,121, indicando uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis (Field, 2018; Hair *et al.*, 2009). A presença de significância corrobora a premissa de que a experiência em gestão administrativa pode ser um fator relevante na modulação do conhecimento sobre licitações, possivelmente devido a maior exposição ou aplicação pratica desses conhecimentos no desempenho de tais funções.

O coeficiente de contingência que mede a força de associação é de 0,350 e o V de Cramer é 0,374, apontando uma relação de magnitude moderada entre as variáveis. Os valores de Lambda também demonstram algum grau de influência, com

0,233 para linhas, 0,185 para colunas e 0,209 na análise simétrica. Esses resultados revelam que a experiência administrativa impacta na distribuição dos níveis de conhecimento, conferindo relevância à associação (Field, 2018; Hair *et al.*, 2009).

Já o coeficiente gama representa as medidas de associação das variáveis e apresenta valor de -0,550 e intervalo de confiança 95% entre -0,783 e -0,317, indicando uma correlação negativa de moderada a forte, onde maior experiência administrativa pode estar associada a níveis específicos de conhecimento. Da mesma forma, o Tau-b de Kendall exibe um valor de -0,341, com $p < 0,001$, reforçando a existência de uma relação negativa significativa entre as variáveis analisadas (Field, 2018; Hair *et al.*, 2009).

Em síntese, a análise realizada revela uma associação moderada e estatisticamente significativa entre a experiencias em cargo ou função administrativa e o grau de conhecimento, as medidas da força de associação sugerem que a relação é moderada com uma tendencia para participantes com experiencia em gestão demonstrarem um nível de conhecimento ligeiramente inferior. A validade dos testes estatísticos é confirmada pela adequação dos valores esperados, bem como pela consistência dos resultados obtidos nas medidas de associação (Field, 2018; Hair *et al.*, 2009).

Através da análise dos dados obtivemos uma visão detalhada do perfil dos respondentes e ajudou a identificar fatores que podem influenciar sua percepção sobre a qualidade dos produtos adquiridos. Por exemplo, servidores com maior tempo de serviço ou experiência em gestão administrativa tendem a apresentar uma compreensão mais ampla do funcionamento dos processos licitatórios conforme os resultados obtidos na pesquisa, incluindo desafios na definição de especificações e na avaliação dos produtos entregues. Conforme Vergara (2016), a experiência administrativa frequentemente molda a forma como os servidores avaliam as práticas institucionais, influenciando sua percepção de qualidade e eficiência que fazem parte do objetivo geral desse estudo.

A análise também apontou que o vínculo institucional impacta a forma como os servidores se relacionam com os produtos adquiridos. Técnicos-administrativos, frequentemente responsáveis pela logística e uso cotidiano dos bens, podem priorizar aspectos funcionais, como durabilidade e adequação ao uso. Em contraste, docentes podem enfatizar a relação entre a qualidade do material e seu impacto em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Segundo Lopes (2018), diferentes perfis profissionais

na Administração Pública avaliam os mesmos produtos com base nas demandas específicas de suas atividades, destacando a necessidade de processos de aquisição que considerem a diversidade de necessidades institucionais.

Além disso, é relevante explorar se a experiência em gestão ou função administrativa contribui para uma avaliação mais crítica e fundamentada dos produtos adquiridos, conforme sugerido por Silva *et al.* (2023). Esses resultados reforçam a importância de compreender o perfil dos respondentes para orientar ajustes nos processos de compra. Uma análise detalhada das características e demandas dos servidores é essencial para alinhar as especificações dos produtos às necessidades institucionais e maximizar a percepção de qualidade. Portanto, o levantamento do perfil dos participantes é fundamental para a identificação de possíveis lacunas e para a proposição de melhorias nos processos de aquisição, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e satisfatória para todos os envolvidos conforme orientações feitas pelo TCU (Brasil, 2023).

A caracterização sociodemográfica e funcional dos respondentes revelou um perfil predominante de servidores com mais de 40 anos de idade, do gênero masculino, com vínculo de Técnico-Administrativo e tempo de serviço superior a cinco anos na UFV-CRP. Um dado relevante é que 54,72% destes possuíam alguma experiência em cargos ou funções de gestão administrativa. Essa caracterização é central para este estudo, pois a percepção da qualidade dos produtos adquiridos foi analisada a partir da perspectiva de indivíduos com potencial visão mais holística dos processos de compra institucionais, decorrente de sua trajetória e/ou funções gerenciais dentro da instituição.

4.2. Elaboração e validação do questionário

Assim para confirmar que o instrumento de avaliação da percepção pelos Servidores Docentes e Técnicos-administrativos da UFV-CRP foi adequadamente desenvolvido vamos validar sua aplicabilidade para que possa ser utilizado em pesquisa futuras (Zanella; Seidel; Lopes, 2010).

A validação deste questionário é relevante para atestar se cada item contribui significativamente para avaliação da percepção dos servidores sobre os produtos comprados para a UFV-CRP, assim devemos levar em consideração três passos cruciais para validar o instrumento que são: realizar analise fatorial de todas as

escalas; ter um bom índice de confiabilidade, com coeficiente alfa de Cronbach aceitável; e amostra com tamanho representativo da população (Paschoal; Tamayo, 2004).

A análise fatorial exploratória (EFA) foi conduzida com o objetivo de identificar os fatores subjacentes às variáveis analisadas. Inicialmente, verificou-se a adequação dos dados para a EFA por meio dos testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de esfericidade de Bartlett. O KMO demonstra a proporção da variância das variáveis explicadas pelos fatores, seus valores variam de 0 a 1, lembrando que valores menores que 0,5 são considerados inaceitáveis, entre 0,5 e 0,7 são considerados medíocres; valores entre 07 e 0,8 são considerados bons; valores acima de 0,8 e 0,9 são considerados ótimos e excelentes respectivamente (Damásio, 2012; Kaiser, 1974; Kirch *et al.*, 2017).

Hair *et al.* (2005) e Kaiser (1974) consideram 0,5 como o mínimo aceitável e que valores menores indicam a necessidade de uma nova coleta de dados ou repensar as variáveis incluídas na análise. Segundo Hair *et al.* (2005) o teste de esfericidade de Bartlett testa a significância geral de todas as correlações existentes na matriz de dados e indica que correlações são suficientes existem entre as variáveis para continuidade da análise, para um teste estatisticamente significante temos que ter uma $p<0,05$, indicando que correlações suficientes existem para a continuação da pesquisa.

Assim para identificar a percepção dos servidores sobre a qualidade dos produtos comprados pela UFV-CRP foram excluídas da analise as variáveis que obtiveram MSA (Medida de Adequação da Amostra) abaixo de 0,50, carga fatorial abaixo de 0,40 conforme metodologia definida por Luiz (2024), com exceção da variável V17 que teve, MSA de 0,477, mas foi deixada a critério do autor devido sua relevância para a pesquisa. Com base nesses critérios apresentamos a seguir no Quadro 4 as variáveis retiradas e mantidas na análise fatorial.

Quadro 4 - Variáveis da análise fatorial

Variáveis retiradas	Nome da Variável
O produto carece de qualidade, quando comparado a produtos de marca e modelo semelhante	V7
O uso do produto é comprometido por sua qualidade	V9
Variáveis mantidas	
O pedido é entregue completo	V1
O produto é entregue conforme pedido	V2
O produto apresenta características conforme o especificado	V3

Os produtos são entregues em condições de consumo, sem danos e dentro do prazo de validade	V4
Os produtos são entregues bem embalados e sem avarias	V5
O produto atende ao fim o qual foi comprado	V6
O produto obedece aos padrões de qualidade e normas que regem sua produção e distribuição	V8
O produto segue a normas ambientais vigentes	V10
As informações de uso, armazenamento e durabilidade dos produtos estão acessíveis	V11
O produto atende aos requisitos e necessidades aos quais foi destinado	V12
Se fosse possível eu indicaria marcas de produtos para serem adquiridos	V13
Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Ensino.	V14
Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Pesquisa.	V15
Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Extensão.	V16
Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Administrativas.	V17

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Após a retirada das variáveis que não se encaixam nos critérios, seguimos para a Análise Fatorial Exploratório (EFA) com 15 variáveis e a verificação dos pressupostos necessários para sua realização. No Quadro 5, temos o teste KMO que apresentou um valor de MSA de 0,731, indicando uma boa adequação dos dados para a análise fatorial com valor ideal acima de 0,70 conforme sugerido por Hair *et al.* (2005). A média de adequação de amostra (MSA) de cada fator também foi satisfatório, com sua grande maioria superando 0,60 com exceção das variáveis V14(0,564) e V17(0,477). O teste de Bartlett, por sua vez, foi significativo de 1094,456 ($p < 0,001$), confirmando a existência de correlações entre as variáveis e a pertinência da EFA (Hair *et al.*, 2005).

Quadro 5 - Teste KMO e Bartlett

Teste Kaiser-Meyer-Olkin

	MSA
MSA Geral	0,731
V1	0,675
V2	0,676
V3	0,761
V4	0,729
V5	0,776
V6	0,903
V8	0,792
V10	0,796
V11	0,886
V12	0,729
V13	0,686
V14	0,564
V15	0,645
V16	0,803
V17	0,477
Teste de Bartlett	

X^2	gl	p
1094,456	105,000	<,001

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A análise paralela demonstrada no Quadro 6 confirma a retenção de quatro fatores, corroborando os resultados da matriz de cargas fatoriais e da variância explicada.

Quadro 6 - Análise Paralela

	Autovalores dos fatores dos dados reais	Autovalores médios dos dados simulados
Fator 1*	5,360	0,911
Fator 2*	2,082	0,554
Fator 3*	0,595	0,465
Fator 4*	0,483	0,360
Fator 5	0,190	0,255

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A matriz de cargas fatoriais conforme *Quadro 7* revelou a presença de quatro fatores principais, os quais serão adotados visto que estamos realizando a validação de uma escala de mensuração (Luiz, 2024). Com base nessa estrutura foi realizada a nomeação dos fatores conforme proposto por Hair *et al.* (2005), ver Quadro 8:

- Fator 1 – Conformidade e Sustentabilidade;
- Fator 2 – Impacto da baixa qualidade nas atividades institucionais;
- Fator 3 – Atendimento as especificações;
- Fator 4 – Condições e conservação.

Quadro 7 - Cargas Fatoriais

	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Singularidade
V6	0,500				0,286
V8	0,811				0,382
V10	0,831				0,454
V11	0,661				0,507
V12	0,681				0,325
V13		0,466			0,698
V14		0,941			0,164
V15		0,695			0,428
V16		0,682			0,280
V17		0,667			0,418
V1			0,552		0,416
V2			0,925		0,163
V3			0,787		0,166
V4				0,797	0,249
V5				0,718	0,328

Fonte: dados da pesquisa (2024).

No primeiro fator, identificado como Conformidade e Sustentabilidade temos reunidas as variáveis “O produto atende ao fim o qual foi comprado”, “O produto obedece aos padrões de qualidade e normas que regem sua produção e distribuição”,

“O produto segue a normas ambientais vigentes”, “As informações de uso, armazenamento e durabilidade dos produtos estão acessíveis” e “O produto atende aos requisitos e necessidades aos quais foi destinado” que são relacionadas à obediência a normas de qualidade e ambientais, bem como ao atendimento das especificações e finalidades do produto.

Ele reflete a importância de os produtos adquiridos atenderem não apenas aos padrões exigidos pela legislação, mas também às necessidades específicas dos usuários. Assim, é essencial que os bens obedeçam às normas ambientais vigentes, tenham acessibilidade nas informações de uso e durabilidade, e sejam adequados ao propósito para o qual foram adquiridos. Garantir conformidade e sustentabilidade nas aquisições públicas contribui para um uso mais eficiente dos recursos e para maior satisfação dos usuários finais (Costa; Terra, 2019).

O segundo fator é o Impacto da baixa qualidade nas atividades institucionais é composto por “Se fosse possível eu indicaria marcas de produtos para serem adquiridos”, “Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Ensino”, “Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Pesquisa”, “Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades extensão” e “Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades administrativas” destaca o impacto que a baixa qualidade dos produtos pode ter nas atividades realizadas no âmbito institucional, como ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas. Ele enfatiza a percepção negativa gerada pelo uso de bens que não atendem às expectativas, resultando em prejuízos para o desempenho das funções acadêmicas e operacionais (Medeiros *et al.*, 2014). A análise dessa dimensão é fundamental para identificar falhas no processo de aquisição e promover melhorias que assegurem a eficiência e a eficácia das atividades institucionais (Lopes, 2018; Meirelles, 2016).

Já o Fator 3 denominado de Atendimento às especificações é composto pelas variáveis “O pedido é entregue completo”, “O produto é entregue conforme pedido” e “O produto apresenta características conforme o especificado” é focado na entrega conforme o solicitado, este fator reflete aspectos ligados à confiança e à eficiência do processo de compras públicas. Ele destaca a necessidade de que os produtos adquiridos sejam entregues completos, de acordo com o pedido e com as características especificadas (Marcondes, 2016). O cumprimento dessas condições

fortalece a credibilidade do sistema de compras, garantindo a previsibilidade e a qualidade na execução dos contratos de aquisição (Caetano, 2018).

O Fator 4 que foi nomeado como Condições e conservação e é definido pelas variáveis “Os produtos são entregues em condições de consumo, sem danos e dentro do prazo de validade” e “Os produtos são entregues bem embalados e sem avarias”. Este fator abrange aspectos relacionados às condições físicas e de conservação dos produtos no momento da entrega. Variáveis como a integridade das embalagens, a ausência de avarias e o cumprimento de prazos são essenciais para assegurar que os bens adquiridos estejam em condições adequadas de consumo. O foco na entrega de produtos sem danos, bem embalados e dentro do prazo não só previne desperdícios, mas também assegura a qualidade final percebida pelos usuários, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais (Fernandes, 2019; Meirelles, 2016; Taufick, 2021).

Quadro 8 – Nomes dos Fatores

Nomeação do Fator		Perguntas do questionário
Fator 1	Conformidade e Sustentabilidade	O produto atende ao fim o qual foi comprado
		O produto obedece aos padrões de qualidade e normas que regem sua produção e distribuição
		O produto segue a normas ambientais vigentes
		As informações de uso, armazenamento e durabilidade dos produtos estão acessíveis
		O produto atende aos requisitos e necessidades aos quais foi destinado
Fator 2	Impacto da baixa qualidade nas atividades institucionais	Se fosse possível eu indicaria marcas de produtos para serem adquiridos
		Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Ensino.
		Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Pesquisa.
		Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Extensão.
		Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Administrativas.
Fator 3	Atendimento as especificações	O pedido é entregue completo
		O produto é entregue conforme pedido
		O produto apresenta características conforme o especificado
Fator 4	Condições e conservação	Os produtos são entregues em condições de consumo, sem danos e dentro do prazo de validade
		Os produtos são entregues bem embalados e sem avarias

Fonte: dados da pesquisa (2024).

As características dos fatores são essenciais para entender a importância e a relevância de cada fator na explicação da variância dos dados. Com critério usual são

retidos fatores que o autovalor seja maior que 1(um), os autovalores representam a quantidade de variância total explicada por cada fator. Em nosso estudo os autovalores dos quatro fatores são 2,808, 2,578, 2,488 e 1,862, respectivamente conforme o Quadro 9. A variância proporcional indica a porcentagem da variância total explicada por cada fator, enquanto a variância cumulativa mostra a porcentagem da variância total explicada pelos fatores até aquele ponto (Damásio, 2012; Hair *et al.*, 2009).

Os quatro fatores explicam 64,9% da variância total, o que é considerado satisfatório (Damásio, 2012; Hair *et al.*, 2009). A correlação entre os fatores também é uma característica importante, pois indica o grau de relacionamento entre os fatores. Podemos observar correlações moderadas entre alguns fatores, o que é esperado visto que foi utilizada a rotação oblíqua Promax (Damásio, 2012).

Quadro 9 - Características do Fator

	Solução não rotacionada				Solução rotacionada		
	Autovalores	Soma das cargas ao quadrado	Variável proporcional	Cumulativo	Soma das cargas ao quadrado	Variável proporcional	Cumulativo
Fator 1	5,895	5,579	0,372	0,372	2,808	0,187	0,187
Fator 2	2,891	2,548	0,170	0,542	2,578	0,172	0,359
Fator 3	1,226	0,875	0,058	0,600	2,488	0,166	0,525
Fator 4	1,099	0,781	0,052	0,652	1,862	0,124	0,649

Fonte: dados da pesquisa (2024).

As medidas de ajuste do modelo, como RMSEA que deve ser inferior a 0,08 ou possuir intervalo de confiança superior menor que 0,1 e SRMR adequado quando inferior a 0,05, TLI e CFI são considerados adequados quando superiores a 0,90, fornecem informações sobre a qualidade do ajuste do modelo aos dados. O SRMR (0,036) indica que o modelo reproduz muito bem a matriz de correlação, enquanto o RMSEA (0,154) representa um intervalo de confiança de 90% (0,131 – 0,18), o TLI (0,725) e CFI (0,870) estão abaixo do ideal sugerindo que o modelo pode ser melhorado (Hair *et al.*, 2009; Silva *et al.*, 2023).

A confiabilidade da estrutura fatorial foi avaliada utilizando os coeficientes Alfa (α) de Cronbach e Ômega de McDonald (ω). O Alfa (α) é uma medida de consistência interna que verifica o grau de correlação entre os itens de cada fator (Cronbach, 1951). Ambos os coeficientes quando tem valores próximos a 1 indicam alta confiabilidade,

sendo considerado como aceitável o valor de 0,70, em estudos exploratórios esse limite pode ser reduzido para 0,60 (Hair *et al.*, 2009; Kline, 2015).

Na presente análise, os coeficientes Alfa (α) para os quatro fatores foram: Fator 1 (0,823), Fator 2 (0,745), Fator 3 (0,842) e Fator 4 (0,806), demonstrando adequada consistência interna para estudos de natureza exploratória (Luiz, 2024). Adicionalmente, o coeficiente Ômega de McDonald (ω), considerado uma medida mais robusta, foi calculado, apresentando os seguintes valores para os fatores: Fator 1 (0,827), Fator 2 (0,764), Fator 3 (0,854) e Fator 4 (0,806), reforçando a confiabilidade dos fatores (Luiz, 2024).

4.3. Fatores que impactam a qualidade de produtos nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

A qualidade dos bens adquiridos pela administração pública é um elemento crucial para a eficiência e eficácia das atividades institucionais. A percepção dos técnicos-administrativos e docentes sobre essa qualidade oferece insights valiosos sobre os pontos fortes e fracos do processo de aquisição via licitação. Utilizando a Análise Fatorial Exploratória (AFE), buscou-se identificar as dimensões subjacentes que estruturam essa percepção, considerando aspectos como o detalhamento das especificações, a conformidade na entrega e o desempenho funcional dos produtos. A análise resultou na extração de quatro fatores principais, que explicam conjuntamente 64,9% da variância total das respostas, conforme detalhado no Quadro 10.

Quadro 10 - Fatores que impactaram a qualidade com média e coeficiente de variação (C.V. %)

	VARIAVEIS E FATORES	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	C.V.(%)
	Fator 1 - Conformidade e Sustentabilidade	3,55	0,95	27%
V6	O produto atende ao fim o qual foi comprado	3,79	0,97	26%
V8	O produto obedece aos padrões de qualidade e normas que regem sua produção e distribuição	3,27	0,95	29%
V10	O produto segue a normas ambientais vigentes	3,55	0,77	22%
V11	As informações de uso, armazenamento e durabilidade dos produtos estão acessíveis	3,58	1,03	29%
V12	O produto atende aos requisitos e necessidades aos quais foi destinado	3,50	0,95	27%
Fator 2 - Impacto da Baixa Qualidade nas Atividades Institucionais		3,98	1,19	30%
V13	Se fosse possível eu indicaria marcas de produtos para serem adquiridos	4,36	1,11	26%
V14	Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Ensino.	4,15	1,05	25%

V15	Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Pesquisa.	3,80	1,21	32%
V16	Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Extensão.	3,51	1,20	34%
V17	Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Administrativas.	3,88	1,22	31%
	Fator 3 - Atendimento às Especificações	3,80	0,97	26%
V1	O pedido é entregue completo	3,93	1,02	26%
V2	O produto é entregue conforme pedido	3,72	0,92	25%
V3	O produto apresenta características conforme o especificado	3,75	0,97	26%
	Fator 4 - Condições e Conservação	3,93	0,94	24%
V4	Os produtos são entregues em condições de consumo, sem danos e dentro do prazo de validade	3,99	0,98	25%
V5	Os produtos são entregues bem embalados e sem avarias	3,88	0,90	23%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O Fator 1, denominado Conformidade e Sustentabilidade (Média=3,55; DP=0,95; CV=27%), agrupou as variáveis V6, V8, V10, V11 e V12. As cargas fatoriais mais elevadas destas variáveis foram V10 (0,831), V8 (0,811), V12 (0,681), V11 (0,661) e V6 (0,500), indicando uma dimensão latente relacionada à adequação do produto ao seu propósito, ao cumprimento de normativas (qualidade e ambientais) e à clareza informacional. A centralidade do atendimento à finalidade (V6 com média de 3,79 e CV de 26%; V12 com média de 3,50 e CV de 27%) e aos padrões de qualidade (V8 com média de 3,27 e CV de 29%) na percepção dos usuários ecoa as discussões sobre as dimensões da qualidade (Garvin, 1987; Marcondes, 2016) e a importância de especificações claras e precisas no Termo de Referência para garantir que o objeto licitado corresponda à necessidade real da administração (Santana; Camarão; Chrispim, 2020).

A inadequação do produto ao fim destinado pode gerar ineficiência e desperdício (Bandiera; Prat; Valletti, 2009; Motta, 2010), contrariando princípios basilares da administração pública (Meirelles, 2016). A inclusão da variável V10 ("normas ambientais", com média de 3,55 e menor CV de 22% dentro do fator) neste fator sugere que a sustentabilidade já integra a percepção de qualidade para os usuários, alinhando-se às diretrizes mais recentes das compras públicas (Brasil, 2021; Costa; Terra, 2019). A acessibilidade das informações (V11 com média de 3,58 e maior C.V de 29% dentro do fator) também se mostra relevante, ligada à usabilidade e segurança do produto. Este fator, portanto, reflete a expectativa dos usuários de que os produtos adquiridos sejam não apenas funcionais, mas também seguros, normatizados e alinhados a preocupações socioambientais.

O segundo fator, Impacto da Baixa Qualidade nas Atividades Institucionais (Média=3,98; DP=1,19; CV=30%), reuniu as variáveis V13 (com a maior média de 4,36 e CV de 26%), V14 (com média de 4,15 e CV de 25%), V15 (com média de 3,80 e maior CV de 32% dentro do fator), V16 (com a menor média de 3,51 e o maior CV de 34% entre todas as variáveis) e V17 (com média de 3,88 e CV de 31%). Com cargas expressivas em V14 (0,941), V15 (0,695), V16 (0,682) e V17 (0,667), este fator captura vividamente as consequências negativas percebidas quando a qualidade dos produtos adquiridos é insatisfatória. A elevada média deste fator (3,98) demonstra uma preocupação significativa dos respondentes com as consequências negativas da baixa qualidade, o que se alinha com estudos que apontam para os custos ocultos e os impactos na eficiência decorrentes de materiais inadequados (Porto *et al.*, 2016).

A percepção de impacto negativo direto nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão ressalta que a qualidade dos insumos não é uma questão meramente operacional, mas estratégica para o cumprimento da missão institucional (Fernandes; Tocafundo, 2021). Resultados insatisfatórios em licitações, muitas vezes associados à priorização exclusiva do critério de menor preço, podem comprometer a execução de projetos e atividades essenciais (Lopes, 2018; Medeiros *et al.*, 2014; Teixeira *et al.*, 2012). A variável V13, que expressa o desejo dos usuários de indicar marcas, pode ser interpretada como uma manifestação de frustração com a falta de controle sobre a qualidade e uma desconfiança na capacidade do processo licitatório, como configurado, de garantir produtos adequados, corroborando achados de estudos que apontam dificuldades na aquisição de produtos de qualidade por meio de pregões (Capelli *et al.*, 2018; Nascimento *et al.*, 2011). Este fator evidencia a tensão entre economicidade e eficiência/qualidade (Araújo; Rodrigues, 2012; Costa; Terra, 2019). A maior variabilidade observada neste fator (CV=30%) indica uma maior heterogeneidade nas percepções sobre o impacto da baixa qualidade nas diferentes atividades institucionais, sugerindo que essa questão pode afetar de maneiras distintas o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração.

No fator Atendimento às Especificações (Média=3,80; DP=0,97; CV=26%), composto pelas variáveis V1 ("O pedido é entregue completo" com média de 3,93 e CV de 26%), V2 ("O produto é entregue conforme pedido" com média de 3,72 e CV de 25%) e V3 ("O produto apresenta características conforme o especificado" com média de 3,75 e CV de 26%), este fator concentra-se na conformidade da entrega física e documental em relação ao que foi contratado. As altas cargas fatoriais em V2

(0,925), V3 (0,787) e V1 (0,552) demonstram a importância percebida pelos usuários na correspondência exata entre o solicitado/especificado e o recebido.

Este aspecto está intrinsecamente ligado à eficiência do processo de compras e à gestão contratual (Alves; Araújo; Carvalho, 2023; Taufick, 2021). A entrega completa (V1) e conforme o pedido (V2), juntamente com a aderência às características especificadas (V3), são indicadores básicos da performance do fornecedor e da clareza das especificações definidas no processo licitatório (Santana; Camarão; Chrispim, 2020). Falhas nesta dimensão podem gerar retrabalho, atrasos e impactar a confiança dos usuários no sistema de aquisições públicas (Guerra *et al.*, 2020). A percepção positiva neste fator sugere um processo logístico e de verificação minimamente funcional, essencial para a operação cotidiana da instituição.

Por fim o fator Condições e Conservação (Média=3,93; DP=0,94; CV=24%), agrupou as variáveis V4 (com a maior média de 3,99 e CV de 25%) e V5 (com média de 3,88 e o menor CV de 23% entre todas as variáveis). Este fator foca nas condições físicas e na integridade dos produtos no momento da entrega. Embora possa parecer um aspecto logístico elementar, a condição adequada do produto ao chegar ao usuário final é fundamental para sua utilização. Danos, problemas de validade (V4) ou embalagens inadequadas (V5) podem inutilizar o bem adquirido, independentemente de ele atender tecnicamente às especificações ou ter sido entregue conforme o pedido. Este fator ressalta a importância da etapa de recebimento e verificação, e o impacto direto das condições de transporte e armazenamento na qualidade final percebida pelo usuário (Alves et. al, 2023). Problemas recorrentes nesta dimensão podem levar à percepção de desperdício de recursos públicos (Motta, 2010). A menor variabilidade observada encontrada neste fator (CV=24%) sugere um maior consenso entre os respondentes sobre a importância das condições de entrega e conservação dos produtos.

A análise fatorial revelou que a percepção de qualidade dos produtos licitados por técnicos e docentes é multifacetada. Os quatro fatores identificados cobrem desde a adequação intrínseca do produto (Fator 1) e sua conformidade com o pedido (Fator 3), passando pelas condições de entrega (Fator 4), até as consequências práticas de uma eventual baixa qualidade (Fator 2). A correlação positiva e moderada/alta observada entre Fator 1(1,000), Fator 3(0,539) e Fator 4(0,513) sugere que, na visão dos respondentes, esses aspectos tendem a ocorrer conjuntamente: produtos que atendem à finalidade e normas (Fator 1) também costumam ser entregues conforme

o pedido (Fator 3) e em boas condições (Fator 4). Por outro lado, a correlação negativa entre o Fator 2 e os demais especialmente com o Fator 1 (-0,345) indica que a percepção de impactos negativos nas atividades está associada a falhas na conformidade e adequação dos produtos. É importante notar que a estrutura fatorial identificada é específica para a amostra pesquisada. Futuras pesquisas com amostras maiores e em outros contextos podem corroborar ou refinar estes achados.

Esses resultados, analisados à luz da literatura sobre compras públicas e qualidade (Costa; Terra, 2019; Garvin, 1987; Medeiros *et al.*, 2014; Santana; Camarão; Chrispim, 2020), reforçam a necessidade de um olhar abrangente sobre o processo de aquisição, que vá além da simples verificação do menor preço e considere o ciclo de vida do produto, seu desempenho funcional e o impacto real nas atividades da instituição, conforme percebido pelos seus usuários finais.

Com essas analises foi possível identificar e compreender melhor os fatores que impactam na visão dos servidores da UFV-CRP a qualidade dos produtos adquiridos via licitação, atingindo assim outro objetivo especifico deste trabalho e possibilitar o desenvolvimento de possíveis soluções e alternativas para reduzir os impactos percebidos.

4.4. Análise da percepção de qualidade dos produtos comprados

A eficiência e a eficácia da Administração Pública, princípios consagrados constitucionalmente (Brasil, 1988) e reforçados pela legislação constitucional, como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Brasil, 2021), dependem intrinsecamente da qualidade dos bens e serviços adquiridos para a consecução de suas finalidades. No contexto universitário, as aquisições públicas são ferramentas essenciais para viabilizar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração (Fernandes; Tocafundo, 2021). Contudo, a mera conformidade legal e a busca pela economicidade, frequentemente associada ao critério de menor preço (Lopes, 2018; Medeiros *et. al*., 2014), nem sempre garantem que os produtos adquiridos atendam às necessidades e expectativas dos usuários finais, neste caso os servidores técnicos-administrativos e docentes.

Logo para atingirmos o terceiro objetivo proposto neste estudo, analisamos como esses servidores percebem a qualidade e o desempenho dos produtos resultantes dos processos de compra da instituição. Investigou-se não apenas a

satisfação geral, mas também como eventuais deficiências de qualidade impactam diretamente o desenvolvimento das atividades finalísticas e administrativas, gerando potenciais desperdícios e ineficiências (Bandiera; Prat; Valletti, 2009; Motta, 2010). Compreender essa percepção é fundamental para aprimorar os processos de aquisição, alinhando-os não só aos princípios da economicidade e legalidade, mas também ao da eficiência (Araújo; Rodrigues, 2012; Bado, 2017), garantindo que os recursos públicos sejam efetivamente convertidos em valor para a comunidade acadêmica.

A qualidade, em sua essência, refere-se à capacidade de um produto ou serviço satisfazer as necessidades explícitas e implícitas de seus usuários (Garvin, 1987; Marcondes, 2016). Nas compras públicas, a definição do que constitui "qualidade" é um desafio complexo, frequentemente tensionado pelo princípio da economicidade e pela rigidez dos procedimentos licitatórios (Costa; Terra, 2019). A legislação busca equilibrar esses aspectos, mas a prática demonstra que a seleção baseada predominantemente no menor preço pode levar à aquisição de bens de baixa durabilidade, funcionalidade inadequada ou desempenho insatisfatório (Medeiros *et al.*, 2014; Teixeira; Penedo; Almeida, 2012).

Estudos anteriores já apontaram para a percepção de problemas de qualidade em produtos adquiridos por órgãos públicos, incluindo instituições de ensino e organizações militares (Alves; Araújo; Carvalho, 2023; Capelli *et al.*, 2018; Nascimento *et al.*, 2011). A falta de qualidade pode manifestar-se de diversas formas, desde a inadequação do produto para a finalidade pretendida até falhas prematuras, impactando negativamente a rotina dos servidores.

O desempenho dos produtos está diretamente ligado à sua qualidade percebida e à sua adequação ao uso. Produtos que não performam como esperado podem comprometer a execução de tarefas essenciais. No ambiente universitário, um reagente de baixa qualidade pode invalidar uma pesquisa; um equipamento de projeção defeituoso pode prejudicar uma aula; um mobiliário inadequado pode gerar desconforto e baixa produtividade no trabalho administrativo (Krudycz; Mussi, 2025). Esses problemas não representam apenas inconvenientes pontuais, mas sim entraves à eficiência operacional e ao cumprimento da missão institucional, configurando formas de desperdício passivo (Bandiera; Prat; Valletti, 2009) e custos de transação adicionais (Guerra *et al.*, 2020).

O ponto mais crítico identificado na pesquisa foi o impacto direto da baixa qualidade dos produtos nas atividades cotidianas dos servidores técnicos-administrativos e docentes. Quando questionados sobre as consequências de receberem produtos que não atendiam às expectativas de qualidade ou desempenho, os respondentes relataram uma série de problemas.

Um dos problemas apontado é o comprometimento das atividades de ensino com 59,09% somando as respostas de “concordo” e “concordo totalmente” dos 44 docentes que responderam indicaram que a baixa qualidade de materiais já prejudicou o andamento de aulas ou atividades práticas, o que pode ter levado a adaptações, gerando atrasos ou impactando negativamente a experiência de aprendizagem dos alunos, o que também ocorreu em situações semelhantes no CCAUfes conforme o estudo de Nascimento et. al. (2011).

Já quando analisamos o impacto negativo nas pesquisas temos uma porcentagem significativamente maior de docentes “concordando” e “concordando totalmente” de 72,5% dos 40 que responderam à questão V15. E para a questão V16 sobre o impacto negativo nas atividades de extensão tivemos 35 docentes respondentes com um percentual de 62,9% deles “concordando” ou “concordando totalmente” que sofreram algum impacto com a baixa qualidade dos produtos em suas atividades.

Enquanto os servidores técnicos-administrativos talvez por não estarem ligados diretamente às atividades de ensino, pesquisa e extensão se mostraram ser um pouco menos impactados pela baixa qualidade de produtos nessas atividades. Levando em conta que as respostas de “concordo” e “concordo totalmente”, os técnicos administrativos tiveram as seguintes opiniões sobre o ensino 42,9% de 21 respostas, na pesquisa tivemos 37,5% de 24 respostas e na extensão foi de 35,7% de 28 respostas. E em todas essas atividades tivemos uma grande parte dos técnicos-administrativos que “nem concordarão e nem discordarão” que a baixa qualidade teve impacto nas atividades de ensino, pesquisa e extensão com a porcentagens a seguir respectivamente de 47,6%, 50,0% e 46,4%.

Quadro 11 – Tabela de Frequências

			Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo, nem discordo	Concordo	Concordo totalmente	Total
V14	Docente	Frequência	1	2	-	15	26	44
		%	2,273	4,545	-	34,091	59,091	100
	Técnico-administrativo	Frequência	1	1	10	3	6	21
		%	4,762	4,762	47,619	14,286	28,571	100
V15	Docente	Frequência	2	3	6	10	19	40
		%	5	7,5	15	25	47,5	100
	Técnico-administrativo	Frequência	2	1	12	3	6	24
		%	8,333	4,167	50	12,5	25	100
V16	Docente	Frequência	2	4	7	10	12	35
		%	5,714	11,429	20	28,571	34,286	100
	Técnico-administrativo	Frequência	3	2	13	6	4	28
		%	10,714	7,143	46,429	21,429	14,286	100
V17	Docente	Frequência	3	1	9	9	13	35
		%	8,571	2,857	25,714	25,714	37,143	100
	Técnico-administrativo	Frequência	4	2	8	15	21	50
		%	8	4	16	30	42	100

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nas atividades administrativas podemos avaliar que os servidores técnicos-administrativos que “concordam” e “concordam totalmente” que os produtos de baixa qualidade causam impacto representaram expressivos 72,0% dos 50 que responderam. Já para os docentes 62,8% dos 35 que responderam tiveram suas atividades impactadas pela baixa qualidade de produtos em suas atividades administrativas.

Em geral, temos que os docentes tendem a perceber um impacto negativo maior do uso de produtos de baixa qualidade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em comparação aos técnicos-administrativos. Por outro lado, estes já demonstram uma percepção ligeiramente maior do impacto em suas atividades administrativas, o que reflete a natureza de seu trabalho. Com ambos os grupos reconhecendo o impacto negativo da baixa qualidade de produtos em suas respectivas áreas de atuação, indicando uma preocupação generalizada com a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados na instituição, o mesmo também é observado nos estudos de Nascimento et. al. (2011), Capelli et. al. (2018), Krudycz e Mussi (2025), Medeiros et. al. (2014) e Silveira e Camargo (2006).

Ambos os grupos de servidores demonstram uma forte tendência a concordar que indicariam marcas de produtos para aquisição, com os técnico-administrativos

tendo 87,7% dos respondentes e os docentes com 77,5%. Isso sugere um nível geral de insatisfação com alguns dos produtos utilizados na instituição. No entanto, as taxas de concordância com o impacto negativo em outras questões indicam que essa satisfação pode não ser universal ou pode se referir a categorias de produtos específicas. No estudo de Nascimento et. al. (2011), os docentes também declararam em número expressivo que se pudessem indicariam a marca dos produtos, principalmente por entenderem que indicando a marca já estariam adquirindo um produto que conhecem e que atende suas expectativas.

A análise do Teste t revelou diferenças estatisticamente significativas apenas para a variável V14, destacando que os docentes percebem mais frequentemente impactos negativos decorrentes de produtos de baixa qualidade em suas atividades de ensino. Tendências de percepção mais elevada pelos docentes também foram observadas em V15 e V16, mas sem consistência estatística robusta. Em contrapartida, as variáveis V13 e V17 não apresentaram diferenças relevantes entre os grupos, refletindo percepções mais alinhadas.

Esses resultados sugerem que docentes podem estar mais expostos aos efeitos negativos de produtos inadequados em atividades de ensino e pesquisa, o que pode demandar estratégias específicas para atender às suas necessidades. Já os técnico-administrativos, embora igualmente preocupados com a qualidade dos produtos, demonstram menos ênfase nesses aspectos, especialmente em áreas mais acadêmicas. O alinhamento de políticas públicas e práticas de aquisição a essas percepções pode melhorar a satisfação e a eficácia nas atividades institucionais.

Por exemplo, docentes podem ter percebido mais agudamente o impacto da baixa qualidade de equipamentos específicos para ensino e pesquisa, enquanto técnicos podem ter focado mais em materiais de consumo e mobiliário. Essas diferenças podem refletir as distintas naturezas de suas atividades e os tipos de produtos com os quais interagem mais frequentemente.

Os achados desta pesquisa corroboram a preocupação expressa na literatura sobre os riscos de um enfoque excessivo na economicidade em detrimento da qualidade nas compras públicas (Costa; Terra, 2019; Lopes, 2018; Medeiros *et al.*, 2014). A percepção dos usuários finais da instituição indica que, embora o processo licitatório cumpra os requisitos formais, os produtos resultantes nem sempre atendem adequadamente às necessidades das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

A baixa qualidade percebida nos produtos e o relato consistente sobre seus impactos negativos, desde o comprometimento de aulas e pesquisas até a geração de ineficiências administrativas e desperdício, sugerem que o princípio da eficiência (Araújo; Rodrigues, 2012; Bado, 2017) pode estar sendo prejudicado. O "barato" inicial, muitas vezes obtido através do critério de menor preço, parece se converter em "caro" ao longo do ciclo de vida do produto, considerando os custos ocultos de retrabalho, substituição e perda de produtividade relatados pelos usuários similar às discussões sobre desperdício em Bandiera, Prat e Valletti (2009) e Motta (2010).

Os resultados reforçam a importância de mecanismos que assegurem não apenas o menor preço, mas o melhor valor para a administração, considerando a qualidade e o desempenho como fatores essenciais. Isso passa por uma melhor elaboração das especificações técnicas nos Termos de Referência (Santana; Camarão; Chrispim, 2020), possivelmente com maior participação ou consulta aos usuários finais, e pela adoção, quando cabível e justificado, de critérios de julgamento que considerem a relação custo-benefício ou a qualidade técnica previstos na Lei 14.133/2021 (Brasil, 2021).

Mais importante, a pesquisa demonstra empiricamente que essa baixa qualidade não é um problema abstrato, mas sim um fator concreto que impacta negativamente a execução das atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão) e de suporte (administração). Os relatos de aulas comprometidas, conforme dito pelo Participante 48 *“[...]pois adquiri duas caixas de giz antialérgico de boa qualidade e uso no máximo dois por aula, enquanto precisava de 10 a 15 giz de baixa qualidade por aula[...]”*, pesquisas dificultadas, ineficiência administrativa, desperdício de recursos e frustração dos usuários sinalizam que a busca pela economicidade não pode se dissociar da garantia de um padrão mínimo de qualidade e desempenho, sob pena de comprometer a própria missão institucional e a aplicação eficiente dos recursos públicos.

Estes resultados sugerem a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre as práticas de planejamento e execução das compras na universidade, buscando estratégias para melhor equilibrar preço, qualidade e adequação às necessidades dos usuários finais, em linha com os princípios que regem a Administração Pública e as boas práticas de gestão.

4.5. Analise das experiencias dos servidores com produtos de baixa qualidade.

Os relatos obtidos através de servidores técnico-administrativos e docentes de uma instituição pública fornecem uma visão aprofundada sobre os impactos dos processos licitatórios na aquisição de materiais e equipamentos, destacando limitações estruturais e suas consequências para o desempenho profissional e o bem-estar dos trabalhadores. O corpus foi estruturado com dados demográficos básicos, como idade, gênero, vínculo com a instituição, tempo de serviço e experiência administrativa, combinados a respostas abertas sobre experiências negativas com os produtos adquiridos. A análise revelou um conjunto de temáticas recorrentes que descrevem uma realidade sistêmica de precarização material e abandono institucional, com implicações diretas na eficiência e qualidade do trabalho desempenhado (Alves; Araújo; Carvalho, 2023; Motta, 2010).

Os dados foram categorizados utilizando princípios de análise qualitativa, orientados por unidades temáticas e contextuais. A primeira categoria, precariedade material e funcionalidade comprometida, abrange os relatos que evidenciam a inadequação dos materiais e equipamentos adquiridos. Foi identificado, por exemplo conforme relato do Participante 104:

> “Canetas esferográficas e pincéis marcador para quadro branco, até mesmo giz para quadro branco - a compra via licitação impossibilita checagem da qualidade dos produtos, que chegam em caixas e muitas vezes não escrevem ou escrevem muito mal; pincéis de quadro branco deveria apagar facilmente, mas muitos são fornecidos como se tivessem essa característica, mas no uso não tem tal característica.
>
> Reagentes, com ágar e outros suplementos para meio de cultura, não atendem a função, mesmo que a descrição do produto apresente as características exigidas. Várias marcas adquiridas por licitação deveriam solidificar a 1,5 %, mas na hora do uso é preciso aumentar a concentração para garantir a solidificação do meio. [...]”

Outros relatos também informam que canetas entregues aos servidores frequentemente não funcionam adequadamente, toners possuem falhas recorrentes, reagentes não apresentam o desempenho esperado e computadores têm baixa capacidade operacional, prejudicando atividades essenciais como ensino, pesquisa e extensão. Essa precariedade não apenas compromete as funções mínimas das ferramentas de trabalho, mas também gera desperdício de recursos e retrabalho,

ilustrado pelo Participante 49 que teve de adquirir giz antialérgico por conta própria devido à baixa durabilidade dos produtos ofertados pela instituição (Faria; Ferreira; Gonçalves, 2013; Santana; Camarão; Chrispim, 2020).

A segunda categoria detalha os impactos no desempenho e na saúde dos servidores, com destaque para problemas ergonômicos que afetam negativamente o bem-estar físico e emocional. Relatos de dores musculares causadas pelo uso prolongado de mouses de qualidade inferior e cadeiras inadequadas reforçam o cenário de vulnerabilidade associado à falta de comprometimento institucional. O Participante 13 em suas queixas justificam a segunda categoria conforme abaixo:

> "Mobiliário não ergonômico, como exemplo, as cadeiras não são ergonômicas; as mesas não possuem alturas adequadas. Computadores que não atendem as especificidades do serviço, são lentos. Os mouses são péssimos. Itens de uso cotidiano como canetas, tesouras, colas, fitas adesivas são muito deficientes e de má qualidade, sendo inviável o uso. São exemplos de produtos ineficientes aos quais já me foram oferecido e afetam muito a qualidade do serviço entregue, além do comprometimento da saúde laboral. Particularmente, meu serviço envolve o uso de mouses para atividades de design, o uso de um mouse ruim acarreta dores por todo braço e mãos...Ou seja, ratifico que produtos de baixa qualidade afetam não apenas o trabalho como nossa saúde."

A percepção dos trabalhadores é agravada pela sensação de negligência e descaso, evidenciada em situações de desconforto físico durante atividades prolongadas e em críticas ao ambiente de trabalho que não atende às condições mínimas de saúde laboral.

A terceira categoria, limitações do processo licitatório e ausência de responsabilização, destaca as críticas ao modelo de compras públicas que prioriza o menor preço em detrimento da qualidade. Os participantes apontaram como esse modelo restringe a capacidade de aquisição de produtos adequados às necessidades institucionais, utilizando descrições genéricas e engessadas nos catálogos que favorecem fornecedores que entregam produtos de baixa qualidade conforme relatado pelo Participante 17 *"As descrições no catálogo de produtos da UFV e SERPRO são um tanto genéricas e engessadas. Mesmo incluindo a descrição complementar do item a ser adquirido, o que realmente vale é descrição principal[...]"*. Outro ponto importante identificado foi a ausência de fiscalização eficaz e o deslocamento da responsabilidade dos setores de compras da instituição, evidenciando fragilidades no acompanhamento do processo e na garantia de qualidade (Caetano, 2018; Fernandes; Tocafundo, 2021).

Por fim, na quarta categoria, soluções individuais e sentimento de abandono institucional, foram relatadas experiências de servidores que, diante das falhas na aquisição institucional, optaram por adquirir materiais e equipamentos por conta própria. Esse deslocamento da responsabilidade institucional para o indivíduo, embora resolva problemas imediatos, intensifica a sensação de desamparo e evidência de uma desconexão entre a gestão pública e as demandas reais dos trabalhadores. Tal realidade reforça o impacto psicológico dessas decisões individuais, traduzido em frustração e descrença no sistema institucional.

A análise dos resultados expõe uma desconexão entre os critérios legais utilizados nos processos licitatórios e as reais necessidades dos servidores, gerando não apenas desperdícios econômicos, mas também prejuízos simbólicos, funcionais e de saúde (Lopes, 2018; Mota; Aguirre; Casagranda, 2021). A precarização sistêmica identificada compromete diretamente as atividades laborais, afetando tanto a produtividade quanto o bem-estar dos trabalhadores. Os relatos apontam para uma lógica de aquisição centrada no menor preço que desconsidera parâmetros fundamentais de qualidade e funcionalidade, resultando em um ambiente laboral de insatisfação crônica e fragilidades estruturais. Além disso, a ausência de canais eficazes de comunicação e responsabilização contribui para uma dinâmica institucional ineficaz, evidenciando a necessidade de ações integradas para reverter o quadro de precarização (Alves; Araújo; Carvalho, 2023; Costa; Terra, 2019).

Com base nesses dados, fica evidente a urgência de uma revisão ampla dos processos de licitação pública pelo congresso, incluindo a implementação de critérios mais robustos de qualidade e de mecanismos de fiscalização que garantam a entrega de produtos adequados. A capacitação dos gestores responsáveis pelas aquisições institucionais também surge como um elemento indispensável para alinhar as práticas de compra às necessidades do corpo docente e técnico-administrativo. Finalmente, é essencial criar canais institucionais que promovam maior transparência e eficiência na gestão, permitindo um acompanhamento mais próximo e uma valorização das condições de trabalho dos servidores. Esses aspectos são fundamentais para resgatar a confiança dos trabalhadores na administração pública e para assegurar um ambiente institucional funcional, digno e saudável.

5. RECOMENDAÇÕES

Com base nos dados do estudo realizado, é possível propor medidas que aprimorem a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFV-CRP acerca da qualidade dos produtos adquiridos por meio de licitação. Para começar, recomenda-se o aprimoramento da especificação de produtos no processo licitatório, com a elaboração de descrições detalhadas e alinhadas às demandas institucionais e padrões estabelecidos. Capacitar os servidores para o uso correto da legislação de compras públicas pode evitar descrições genéricas ou excessivamente restritivas, prejudicando a competitividade e a qualidade do processo. Além disso, é importante fortalecer a transparência e comunicação, disponibilizando informações sobre os critérios de escolha, fornecedores e desempenho dos produtos, bem como incluir os servidores na tomada de decisão, para considerar suas necessidades e expectativas.

Priorizar a qualidade em detrimento do menor preço é uma estratégia essencial, adotando critérios de julgamento que considerem a melhor relação custo-benefício, garantindo a aquisição de bens que atendam às necessidades institucionais com qualidade satisfatória. Treinamentos e oficinas de capacitação periódicos são recomendados para abordar especificações técnicas, melhores práticas em compras públicas e o entendimento do processo licitatório, aumentando a precisão nas solicitações e diminuindo insatisfações com os materiais adquiridos. A gestão adequada de estoques e condições de armazenamento também é fundamental, pois assegura que os produtos estejam em bom estado para uso e evita desperdícios. Práticas de inspeção e conferência no momento da entrega devem ser implementadas.

Finalmente, propõe-se o monitoramento e a análise de indicadores de desempenho utilizando a metodologia SMART, para que avaliem o impacto dos produtos adquiridos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. O acompanhamento contínuo desses indicadores pode identificar gargalos e promover melhorias no processo. Com essas recomendações, é possível alinhar as expectativas dos servidores com os resultados esperados das licitações, contribuindo para maior eficiência e economicidade na gestão pública e promovendo maior satisfação institucional.

Tendo em mente essas recomendações e visando apresentar ferramentas a instituição para a otimização do processo de compra públicas foi elaborado um

produto técnico, através de um relatório técnico contendo um guia para os servidores a se informarem e capacitarem sobre as compras públicas e os mecanismos que estão a sua disposição, assim como quais os procedimentos a UFV-CRP utilizam. Com esse relatório espera-se que a eficiência das aquisições assim como a qualidade dos produtos adquiridos esteja dentro dos melhores padrões possíveis para uso na instituição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação se propôs a investigar, de forma aprofundada, a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) acerca da qualidade dos produtos adquiridos por meio do processo licitatório. Buscou-se analisar os impactos que a qualidade desses produtos exerce nas atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, considerando as lacunas no processo de aquisição que podem comprometer a eficiência e a eficácia da gestão pública.

Ao longo da pesquisa, a questão central que guiou este estudo foi: "Qual é a percepção dos técnicos-administrativos e docentes sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação e de que forma a falta de conhecimento sobre o processo licitatório influencia a adequação desses produtos às necessidades institucionais?". Os resultados obtidos, por meio da análise detalhada dos dados coletados, permitiram responder a essa questão, evidenciando que a percepção da qualidade dos produtos é influenciada significativamente pelo nível de conhecimento sobre o processo licitatório. A falta de conhecimento, por sua vez, leva a especificações técnicas imprecisas e a uma comunicação falha entre os setores, resultando em produtos que nem sempre atendem às necessidades institucionais.

Os objetivos específicos delineados para este estudo foram plenamente atingidos. A revisão da literatura permitiu identificar os fatores determinantes para a aquisição de produtos de qualidade. A análise da perspectiva dos servidores revelou os principais fatores que impactam a qualidade dos produtos adquiridos. A avaliação da percepção dos servidores sobre a qualidade e o desempenho dos produtos evidenciou os impactos da baixa qualidade nas atividades acadêmicas e administrativas. E, por fim, foi elaborado um relatório técnico com um diagnóstico

detalhado e recomendações práticas para melhorar a qualidade e o desempenho dos produtos adquiridos.

O levantamento dos dados permitiu identificar aspectos significativos que influenciam diretamente a percepção dos servidores sobre os produtos adquiridos. Embora haja evidências de satisfação com certos parâmetros, como conformidade e funcionalidade, o estudo demonstrou que desafios persistem em áreas fundamentais, especialmente na comunicação entre os setores envolvidos no processo de aquisição, na precisão das especificações técnicas e na garantia de qualidade dos materiais entregues.

Os resultados indicaram que a insatisfação, quando presente, está associada a fatores como especificações técnicas insuficientemente detalhadas e a inadequação dos produtos adquiridos em relação às expectativas e necessidades dos usuários finais. Tais problemas destacam a necessidade de maior investimento na capacitação dos servidores responsáveis por elaborar as especificações e acompanhar o processo licitatório. O detalhamento técnico das solicitações é fundamental, pois apresenta ao fornecedor uma compreensão clara e objetiva do que se espera, reduzindo o risco de entregas de baixa qualidade.

Ademais, a análise revelou que os impactos da baixa qualidade dos produtos são sentidos de forma distinta pelos diferentes grupos de servidores. Os docentes, por exemplo, relataram que produtos inadequados afetam de forma mais pronunciada suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, comprometendo a eficácia de suas ações acadêmicas. Por outro lado, os técnico-administrativos, embora também impactados, enfrentam desafios mais relacionados à organização e eficiência nas rotinas administrativas. Esses achados reforçam a necessidade de um processo de aquisição mais sensível às especificidades de cada grupo, garantindo que os materiais atendam às demandas variadas da instituição.

Com base nessas constatações, foram elaboradas recomendações que contemplam ações práticas e estratégias de médio a longo prazo. Entre essas medidas, destacam-se: o aprimoramento da especificação de produtos, o fortalecimento da comunicação interna e a promoção de programas de treinamento voltados à qualificação dos envolvidos no processo de compra. Essas ações não apenas elevam o padrão de qualidade dos produtos adquiridos, como também contribuem para aumentar a percepção de eficiência e transparência na gestão pública.

É importante salientar que a implementação dessas melhorias exige um esforço integrado, envolvendo tanto os gestores quanto os usuários finais dos produtos. A colaboração entre esses grupos pode ser facilitada por mecanismos como consultas públicas ou fóruns de discussão, que permitam um diálogo direto sobre as necessidades e expectativas da comunidade acadêmica.

É fundamental reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa foi realizada em um único campus universitário, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras instituições. Além disso, a natureza transversal da pesquisa não permite estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis analisadas. Futuros estudos longitudinais poderiam fornecer uma compreensão mais aprofundada da dinâmica do processo de aquisição e seus impactos ao longo do tempo. A subjetividade inerente à percepção dos servidores também representa uma limitação, embora tenham sido utilizados métodos para mitigar esse viés.

As implicações práticas deste estudo são vastas. As recomendações propostas podem ser implementadas para aprimorar o processo de aquisição na UFV-CRP e em outras instituições públicas, resultando em maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos. Socialmente, a melhoria da qualidade dos produtos adquiridos pode impactar positivamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão, beneficiando a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Institucionalmente, este estudo contribui para o fortalecimento da transparência e da accountability na gestão pública, promovendo uma cultura de qualidade e responsabilidade.

Para dar continuidade a esta linha de pesquisa, sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem a implementação das recomendações propostas, avaliando seus impactos a longo prazo. Além disso, pesquisas comparativas entre diferentes instituições públicas podem fornecer insights valiosos sobre as melhores práticas em compras públicas. Outra sugestão é a investigação do impacto da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) na qualidade dos produtos adquiridos e na percepção dos servidores.

Além das contribuições práticas, esta pesquisa também fornece um referencial teórico robusto sobre compras públicas e percepção de qualidade, que pode subsidiar estudos futuros em outras instituições públicas. Embora o contexto analisado seja específico à UFV-CRP, as metodologias empregadas, como análises fatoriais e estatísticas, são aplicáveis a diferentes cenários e podem ser replicadas para investigar questões semelhantes em outros locais. Dessa forma, espera-se que este

trabalho inspire novas iniciativas acadêmicas voltadas à melhoria da gestão pública no Brasil.

Por fim, esta dissertação reafirma a importância de compras públicas que alinhem economicidade e qualidade, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e atendam às reais necessidades dos servidores e da sociedade. Ao abordar os gargalos encontrados e propor soluções baseadas em evidências, este estudo contribui para o fortalecimento de práticas administrativas mais transparentes, colaborativas e eficazes, que sejam verdadeiramente capazes de promover o desenvolvimento institucional e a satisfação de todos os envolvidos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Guayra Afonso Querino; ARAÚJO, Enyedja Kerlly Martins de; CARVALHO, José Ribamar Marques de. Employees' Perception of Public Purchases at the Federal University of Campina Grande in State of Paraíba. **REVISTA INTERDISCIPLINAR E DO MEIO AMBIENTE (RIMA)**, v. 5, n. 1, p. e208, 5 jun. 2023.

AMARAL, Antônio Carlos Sampaio; MORAES JÚNIOR, Cincinato José; ARAÚJO NETO, Constantino José; GOMES NETO, João Ferreira; TEIXIERA, Jorge Luiz Porto; SOUSA, Luis Humberto de Jesus. Utilização do Comércio Eletrônico no Processo de Compras do Setor Público – Um Estudo de Caso. **Diálogos & Ciência - Revista da rede de ensino FTC**, v. 9, n. V, mar. 2007. Disponível em: http://www.ftc.br/dialogos. Acesso em: 09 mar. 2023.

ARAÚJO, Letícia Malta; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo. A relação entre os princípios da eficiência e da economicidade nos contratos administrativos. **Revista do Serviço Público**, v. 63, n. 1, p. 43–62, 28 jan. 2012. Disponível em: http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/2021. Acesso em 25 ago. 2022.

BADO, Mariana Leite. O princípio constitucional da eficiência e as compras públicas por Sistema de Registro de Preços. **Revista do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná**, v. 4, n. 6, 2017. Disponível em: https://revista.mpc.pr.gov.br/index.php/RMPCPR/article/view/48. Acesso em 25 ago. 2022.

BANDIERA, Oriana; PRAT, Andrea; VALLETTI, Tommaso. Active and Passive Waste in Government Spending: Evidence from a Policy Experiment. **American Economic Review**, v. 99, n. 4, p. 1278–1308, 1 ago. 2009. Disponível em: https://revista.mpc.pr.gov.br/index.php/RMPCPR/article/view/48. Acesso em 22 ago. 2022.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Constitucao.htm. Acesso em 23 out. 2024.

BRASIL. **Manual de auditoria operacional**. 4. ed. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2020. https://portal.tcu.gov.br/manual-de-auditoria-operacional.htm. Acesso em 26 out. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em 23 out. 2024.

BRASIL, Tribunal de Conta da União. **Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2020. https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/licitacoes-e-contratos-orientacoes-e-jurisprudencia-do-tcu. Acesso: em 26 out. 2024.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, aparelho do Estado e sociedade civil**. Brasília: ENAP, 1995. Disponível em: *http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/523*. Acesso: em 12 mai. 2024.

CAETANO, Júlio César Mendes. **ACCOUNTABILITY NAS COMPRAS PÚBLICAS ELETRÔNICAS: Um estudo sobre transparência e desempenho nos pregões eletrônicos realizados pela Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação de Mestrado—Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6548785. Acesso: em 12 mai. 2024.

CAPELLI, Andressa Lacerda *et al.* A Qualidade dos Produtos Adquiridos Através de Licitações no Âmbito de duas Organizações Militares. **Revista Atitude - Especial Administração**, v. XII, n. 27, p. 33–44, jul. 2018. Disponível em: https://revistas.faculdadedombosco.net/index.php/atitude/issue/view/revistaatitude27. Acesso em: 4 out. 2024.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

COSTA, Caio César De Medeiros; TERRA, Antônio Carlos Paim. **Compras públicas: para além da economicidade**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2019. Disponível em: *http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4277*. Acesso em: 8 jun. 2024.

CRONBACH, Lee J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, v. 16, n. 3, p. 297–334, set. 1951.

DAMASIO, Bruno Figueiredo. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica**, Itatiba , v. 11, n. 2, p. 213-228, ago. 2012 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FARIA, Evandro Rodrigues de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; GONÇALVES, Márcio Augusto. Avaliação dos Riscos do Pregão Eletrônico: uma abordagem pela Teoria da Nova Economia Institucional. **Revista de Ciências da Administração**, p. 211–227, 10 dez. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-8077.2013v15n37p211. Acesso em: 05 jun. 2025.

FERNANDES, Ciro Campo Christo. Compras Públicas no Brasil: Tendências de inovação, avanços e dificuldades no período recente. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351560525006. Acesso em: 05 jun. 2025.

FERNANDES, Silvia Renata; TOCAFUNDO, Ronan Daré. As Compras Públicas como Ferramenta Estratégica aos Objetivos dos Institutos Federais. **Revista Gestão e Organizações**, v. 5, n. 4, p. 23, 22 fev. 2021. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/4527. Acesso em: 05 jun. 2025.

FIELD, Andy. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. 5. ed. London: SAGE Publications, 2018.

FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio. Licitações e governança de contratos: a visão dos economistas. *In*: SALGADO, Lucia Helena; FIUZA, Eduardo Pedral Sampaio (Orgs.). **Marcos regulatórios no Brasil: é tempo de rever regras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. v. 2 p. 239–274. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=6d38b4d2-b2e1-4ef3-9079-753b611acef2. Acesso em: 22 mar. 2025.

GARVIN, David A. Competindo nas oito dimensões da qualidade. **Harvard Business Review**, v. 65, n. 6, nov. 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUERRA, Fabianny de Sales *et al.* Efeito da burocracia no custo de transação econômica na Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, p. 71–91, 28 maio 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1983-4535.2020v13n2p71. Acesso em: 22 mar. 2025.

HAIR, Jr. Joseph F. *et al.* **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Tradução: Lene B. Ribeiro. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, Jr Joseph F. *et al.* **Analise multivariada de dados**. Tradução: Adonai Schlup Sant'Anna. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAYES, Bob E. **Medindo A Satisfação Do Cliente. Desenvolvimento E Uso De Questionários**. 1. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2008. v. 12

KAISER, Henry F. An Index of Factorial Simplicity. **Psychometrika**, v. 39, n. 1, p. 31–36, 1 mar. 1974. Disponível em: https://doi.org/10.1007/BF02291575. Acesso em: 21 fev. 2025.

KIRCH, Jhessica Letícia *et al.* Análise Fatorial para Avaliação dos Questionários de Satisfação do Curso de Estatística de uma Instituição Federal. **E&S Engineering and Science**, v. 6, n. 1, p. 4–13, 1 abr. 2017. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/eng/article/view/4748. Acesso em: 21 fev. 2025.

KLEIN, Amarolinda Zanela *et al.* **Metodologia de pesquisa em administração: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2015.

KLINE, Paul. A Handbook of Test Construction (Psychology Revivals). **A Handbook of Test Construction (Psychology Revivals)**, 3 jun. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9781315695990. Acesso em: 21 fev. 2025.

KRUDYCZ, Laís Carolini; MUSSI, Fabricio Baron. Análise do Processo de Compras em uma Universidade Federal: Desafios e Implicações. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.

14, n. 1, p. e1468, 7 jan. 2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1468. Acesso em: 21 fev. 2025.

LOPES, Juliana da Costa. **O CRITÉRIO DE MENOR PREÇO EM LICITAÇÕES: A PERCEPÇÃO DE ORDENADORES DE COMPRA E PREGOEIROS DE ÓRGÃOS DO GDF**. Monografia—Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/23799. Acesso em: 21 fev. 2025.

LUIZ, Gilberto Venâncio. **Métodos quantitativos na pesquisa em administração: uma abordagem pratica com o software JASP**. 1. ed. Rio Paranaíba, MG: UICLAP, 2024.

MARCONDES, José Sergio. **Conceito de Qualidade: Definições e Dimensões da Qualidade**. Disponível em: https://gestaodesegurancaprivada.com.br/conceito-de-qualidade/. Acesso em: 11 maio. 2023.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan *et al.* A QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS EM LICITAÇÕES DO TIPO MENOR PREÇO: UM ESTUDO EM UMA CÂMARA DE VEREADORES DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista de Gestão**, v. 21, n. 4, p. 469–486, 1 out. 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/99955. Acesso em: 25 ago. 2024.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MOTA, Luiz Alvarenga; AGUIRRE, Alberto de Barros; CASAGRANDA, Yasmin Gomes. O planejamento de compras públicas com aplicação de ferramentas de gestão e qualidade. **Revista de Tecnologia Aplicada**, p. 65–84, 4 nov. 2021. Disponível em: https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RTA/article/view/1742/796. Acesso em: 25 ago. 2024.

MOTTA, Alexandre Ribeiro. **O combate ao desperdício no gasto público**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 7 jun. 2010. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490645. Acesso em: 29 mar. 2025

NASCIMENTO, Guilherme Fossi *et al.* A Qualidade dos Produtos Adquiridos por Pregão Eletrônico e a Sua Relação com a Sala de Aula no Ccaufes. *In*: 2011. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/30614725.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023

OLIVEIRA, Elizângela de Jesus. **Tópicos em Administração - Volume 30**. 1. ed. Belo Horizonte - MG: Editora Poisson, 2020. v. 30

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Validação da escala de estresse no trabalho. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 1, p. 45–52, abr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 16 mar. 2025.

PORTO, Wellington Silva *et al.* Desvelando o impacto dos custos ocultos da qualidade não conforme. *In*: Recife: ABC - Associação Brasileira de Custos, 9 nov. 2016. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4079. Acesso em: 13 abr. 2025

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTANA, Jair Eduardo; CAMARÃO, Tatiana; CHRISPIM, Anna Carla Duarte. **Termo de Referência : o impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos**. 6. ed. *Belo Horizonte*: FORUM, 2020.

SILVA, Emmanuel Gonçalves; MELO, Saulo Barros; COUTO, Cleno; NEIVA, Elaine Rabelo. **Análises Estatísticas Jasp - Um guia introdutório**. Brasília: CBL, 2023.

SILVA, Marcelo de Sousa. **Estrutura organizacional, estratégia e desempenho na administração pública: uma análise à Receita Federal do Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 28 jun. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37791. Acesso em: 05 jun. 2025.

SILVEIRA, Marcileni Basso Da; CAMARGO, Maria Emilia. O Processo de Compras na Prefeitura Municipal de Santa Maria. **Qualitas Revistas Eletrônica**, Campina Grande, v. 5, n. 3, 2006. Disponível em: http://revista.uepb.edu.br/revista/index.php/qualitas/article/view/65. Acesso em: 30 maio 2025.

SOUZA, Karine Daniele Byhain de; CASTRO, Eduardo Bernardes de Castro. PREGÃO: VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, 2012. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/21448. Acesso em: 05 maio 2023.

TAUFICK, Jairo. Fatores Determinantes da Eficiência no Processo de Compras Públicas Determinant Factors Of Efficiency In The Government Procurement Process. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 20, n. 2, p. 329–355, 2021. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea. Acesso em: 09 maio 2023.

TEIXEIRA, Jean Carlos; PENEDO, Antonio Sergio Torres; ALMEIDA, Reinaldo de. A Evolução do Processo Licitatório com Ênfase nos Conceitos de Economia Versus Qualidade. **Nucleus**, v. 9, n. 2, p. 335–349, 31 out. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.3738/nucleus.v9i2.586. Acesso em: 08 maio 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, Sonia. **Como Elaborar Questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

ZANELLA, Andreia; SEIDEL, Enio Júnior; LOPES, Luis Felipe Dias. Validação de questionário de satisfação usando análise fatorial. Validation of satisfaction questionnaire using factorial Analysis. **INGEPRO - Inovação, Gestão e Produção**, v. 02, n. 12, p. 12, dez. 2010. Disponível em: www.ingepro.com.br. Acesso em: 16 mar. 2025.

APÊNDICE A – Questionário

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

I – PERFIL

1. Qual a sua idade?

( ) a) de 18 a 29 anos;

( ) b) de 30 a 39 anos;

( ) c) de 40 a 49 anos;

( ) d) de 50 a 59 anos;

( ) e) 60 anos ou mais.

2. Qual o seu gênero?

( ) a) Masculino;

( ) b) Feminino;

3. Qual o seu vínculo com a UFV?

( ) a) Docente;

( ) b) Técnico-administrativo.

4. Há quanto tempo é servidor da UFV?

( ) a) menos de 1 ano;

( ) b) entre 1 e 3 anos;

( ) c) entre 3 e 5 anos;

( ) d) entre 5 e 7 anos;

( ) e) mais de 7 anos.

5. Tem alguma experiência em cargo/função de gestão administrativa?

( ) a) Sim;

( ) b) Não.

II – Medição da Percepção de qualidade dos produtos comprados.

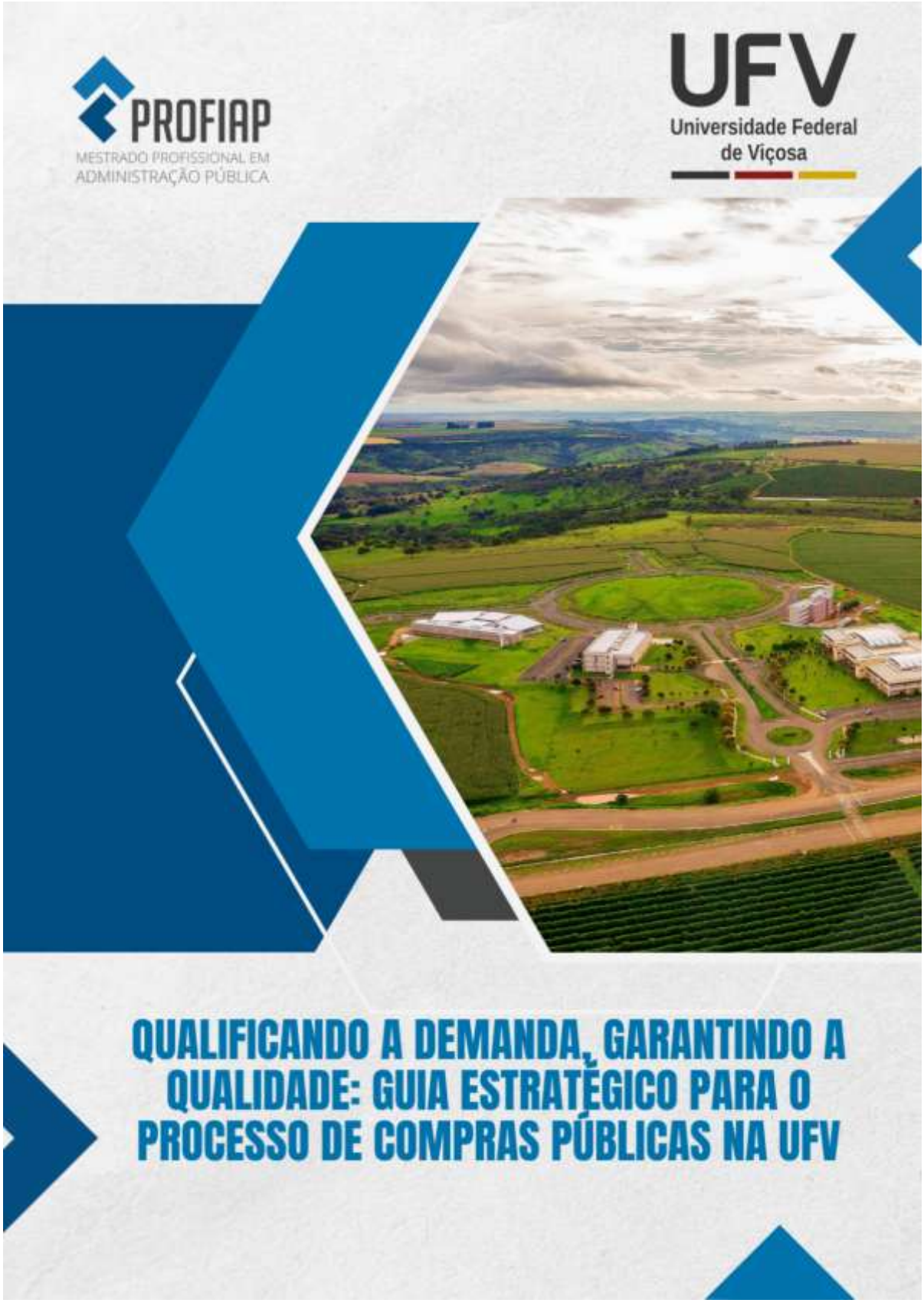
Prezado servidor, este questionário tem o objetivo conhecer sua avaliação como interessado final sobre a qualidade dos produtos e serviços adquiridos via Licitação pela Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba. A legenda indica as

seguintes avaliações: 1. Discordo completamente, 2. Discordo, 3. Nem concordo nem discordo, 4. Concordo e 5. Concordo totalmente.

Item de avaliação	**Escala**				
1) O pedido é entregue completo	1	2	3	4	5
2) O produto é entregue conforme pedido	1	2	3	4	5
3) O produto apresenta características conforme o especificado	1	2	3	4	5
4) Os produtos são entregues em condições de consumo, sem danos e dentro do prazo de validade	1	2	3	4	5
5) Os produtos são entregues bem embalados e sem avarias	1	2	3	4	5
6) O produto atende ao fim o qual foi comprado	1	2	3	4	5
7) O produto carece de qualidade, quando comparado a produtos de marca e modelo semelhante	1	2	3	4	5
8) O produto obedece aos padrões de qualidade e normas que regem sua produção e distribuição	1	2	3	4	5
9) O uso do produto é comprometido por sua qualidade	1	2	3	4	5
10) O produto segue a normas ambientais vigentes	1	2	3	4	5
11) As informações de uso, armazenamento e durabilidade dos produtos estão acessíveis	1	2	3	4	5
12) O produto atende aos requisitos e necessidades aos quais foi destinado	1	2	3	4	5
13) Se fosse possível eu indicaria marcas de produtos para serem adquiridos	1	2	3	4	5
14) Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Ensino.	1	2	3	4	5
15) Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades de Pesquisa.	1	2	3	4	5
16) Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Extensão.	1	2	3	4	5
17) Já usei produtos de baixa qualidade que tiveram impacto negativo em suas atividades Administrativas.	1	2	3	4	5

18) Quanto você julga conhecer o processo licitatório de compras da instituição? 1. Não conhece nada, 2. Conhece pouco, 3. Conhece, 4. Conhece razoavelmente e 5. Conhece muito	1	2	3	4	5
19) Se a qualidade de um produto já afetou negativamente suas atividades, conte-nos sua experiência.	1	2	3	4	5

APÊNDICE B – Relatório Técnico



QUALIFICANDO A DEMANDA, GARANTINDO A QUALIDADE: GUIA ESTRATÉGICO PARA O PROCESSO DE COMPRAS PÚBLICAS NA UFV

Relatório técnico apresentado pelo mestrando José Antonio de Babos Mendes ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do(a) docente Gilberto Venâncio Luiz, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

SUMÁRIO

Resumo 04

Instituição 05

Público-alvo da proposta 05

Descrição da situação-problema 06

Objetivos da proposta de intervenção 06

Diagnóstico e análise 07

Recomendações de intervenção 08

Plano de Ação 09

Considerações Finais 38

Responsáveis pela proposta de intervenção e data 39

Referências 40

Protocolo de recebimento 41

RESUMO

Este trabalho investigou a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação. O estudo explora como fatores como especificação inadequada, impacto na eficiência institucional e falta de conhecimento sobre processos licitatórios influenciam na percepção dos usuários. A metodologia utilizada incluiu uma abordagem quantitativa, com aplicação de questionários estruturados e análise estatística descritiva e exploratória. Os dados revelam uma percepção heterogênea, evidenciando problemas como falta de qualidade funcional, baixa adequação às necessidades institucionais e impacto negativo em atividades acadêmicas e administrativas. As diferenças entre as percepções de docentes e técnicos-administrativos destacam a influência das demandas específicas de cada grupo na avaliação dos produtos. A originalidade da pesquisa reside na abordagem multifacetada sobre qualidade, sugerindo medidas práticas como capacitação dos servidores, melhor detalhamento técnico nas especificações de produtos e adoção de critérios de julgamento que considerem a relação custo-benefício. Os impactos são evidentes nas áreas organizacional e acadêmica, com potencial para aprimorar os processos de gestão e reduzir ineficiências na utilização dos recursos públicos, promovendo maior satisfação e eficiência nas atividades institucionais. Conclui-se que a qualidade dos produtos adquiridos por meio de processos licitatórios requer ações integradas para alinhar as aquisições às demandas reais da UFV-CRP e atender aos princípios de eficiência e economicidade, contribuindo para uma gestão pública mais eficaz e transparente.



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INSTITUIÇÃO

A instituição estudada nesta pesquisa foi a Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP).

PÚBLICO-ALVO

Este estudo tem como público-alvo os servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP). A pesquisa busca analisar a percepção desses servidores sobre a qualidade dos produtos adquiridos por meio de licitação, avaliando como essa qualidade influencia suas atividades diárias e o desempenho de suas funções. Os resultados da pesquisa visam fornecer insights para a gestão da UFV-CRP, auxiliando na melhoria dos processos de aquisição e na garantia de que os produtos adquiridos atendam às necessidades da comunidade acadêmica e administrativa.



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

As compras públicas, embora essenciais para o funcionamento da Administração, enfrentam desafios relacionados à garantia de qualidade dos produtos adquiridos. A Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP) não é exceção, com relatos de insatisfação de servidores técnico-administrativos e docentes quanto à adequação dos materiais recebidos, o que impacta suas atividades acadêmicas e administrativas. Além disso, o desconhecimento do processo licitatório por parte de muitos servidores dificulta a especificação adequada dos produtos e compromete a eficiência das compras públicas.

A experiência do autor como servidor da Seção de Almoxarifado e Patrimônio da UFV-CRP, onde realiza atividades de recebimento, conferência e ateste de produtos, evidencia os desafios enfrentados no dia a dia. A necessidade de conciliar a agilidade na aquisição de produtos com a verificação da conformidade com as especificações do edital, muitas vezes complexas e pouco claras, destaca a problemática da qualidade nas compras públicas.

A pesquisa busca responder à seguinte questão: Qual a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFV-CRP sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação?

OBJETIVOS DA PROPOSTA

Este estudo tem como objetivo analisar a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação. O estudo busca responder a seguintes questões: Identificar os fatores que influenciam a percepção dos servidores sobre a qualidade dos produtos adquiridos. Avaliar a adequação dos produtos adquiridos às necessidades das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da UFV-CRP. Analisar o impacto da qualidade dos produtos no desempenho das atividades dos servidores. Propor recomendações para aprimorar o processo de aquisição de produtos na UFV-CRP, visando garantir a qualidade e a eficiência das compras públicas.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A pesquisa revelou que a percepção dos servidores técnico-administrativos e docentes da UFV-CRP sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação é heterogênea. Fatores como especificação inadequada dos produtos, falta de conhecimento sobre o processo licitatório e critérios de avaliação focados principalmente no menor preço contribuem para a aquisição de produtos que nem sempre atendem às necessidades da instituição.

A análise dos dados coletados por meio de questionários estruturados e validados estatisticamente evidenciou que a baixa qualidade dos produtos impacta diretamente as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas da UFV-CRP. Docentes relataram que a má qualidade de materiais compromete o andamento de aulas e pesquisas, enquanto técnicos-administrativos apontaram problemas com a durabilidade e funcionalidade dos produtos adquiridos.

A pesquisa também identificou diferenças na percepção da qualidade entre os grupos de servidores. Docentes tendem a avaliar a qualidade dos produtos em relação ao seu impacto nas atividades acadêmicas, enquanto técnicos-administrativos focam na adequação dos produtos às rotinas administrativas e operacionais.

RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados da pesquisa, propõe-se as seguintes recomendações para aprimorar o processo de aquisição de produtos na UFV-CRP:

- Capacitação dos Servidores: Promover treinamentos sobre o processo licitatório, a importância da especificação detalhada dos produtos e os critérios de avaliação da qualidade.
- Melhoria nas Especificações: Elaborar especificações técnicas mais claras e completas, que descrevam detalhadamente as características dos produtos desejados e evitem ambiguidades que possam levar à aquisição de itens inadequados.
- Critérios de Avaliação: Adotar critérios de julgamento das propostas que considerem não apenas o menor preço, mas também a qualidade, a durabilidade, a funcionalidade e o custo-benefício dos produtos.
- Comunicação e Transparência: Fortalecer a comunicação entre os setores demandantes, o setor de compras e os fornecedores, garantindo que as necessidades dos usuários sejam atendidas e que o processo de aquisição seja transparente e eficiente.
- Tecnologia e Inovação: Utilizar tecnologias e ferramentas modernas, como o pregão eletrônico e sistemas de gestão de compras, para otimizar o processo licitatório, aumentar a eficiência e reduzir o risco de desvios.
- Avaliação de Desempenho dos Fornecedores: Implementar um sistema de avaliação do desempenho dos fornecedores, que permita monitorar a qualidade dos produtos entregues, o cumprimento dos prazos e outras obrigações contratuais, e utilizar essas informações para futuras licitações.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

SUMÁRIO

1. Introdução às Compras Públicas na UFV
2. Plano Anual de Contratações (PAC) e o Sistema PGC
   a. O Que é o PAC?
   b. O Sistema PGC
   c. Planilha de Planejamento
   d. Cursos e Tutoriais
3. A Base Legal e a Legislação Aplicada
4. Capacitação Contínua e Ferramentas de Apoio
5. Procedimentos Internos da UFV e o Sistema SIMPLUS
6. Passos para incluir a demanda PAC/PGC
7. Passos para a solicitação de compras no SIMPLUS - UFV
8. Passos após a aprovação da solicitação de Compra
9. Dicas Importantes e Boas Praticas
10. Considerações Finais e Sugestões Adicionais

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

1. **Introdução às Compras Públicas na UFV**

As compras públicas são os processos pelos quais a Administração adquire bens, contrata serviços e executa obras com os recursos públicos, sempre pautadas na transparência, eficiência e conformidade legal. Este manual tem como principal objetivo orientar os servidores da UFV – em especial, os interessados da compra – sobre cada etapa, desde a identificação da necessidade até o acompanhamento e finalização dos processos de contratação.

O Papel do Servidor Solicitante:

Você é peça fundamental para garantir que a demanda seja corretamente justificada e documentada. Uma solicitação bem fundamentada e coerente com as normas internas e legais facilita o andamento da contratação e evita atrasos.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

2. O Plano Anual de Contratações (PAC) e o Sistema PGC

Nesta seção, detalhamos o principal ponto de partida para as compras públicas: o PAC e o Sistema PGC.

2.1 O Que é o PAC?

O Plano Anual de Contratações (PAC) é o documento estratégico que consolida todas as aquisições e contratações planejadas pela UFV para o ano subsequente. Ele possibilita:

- A organização das demandas da instituição;
- A distribuição eficiente do orçamento;
- A priorização dos projetos e necessidades.

2.2 O Sistema PGC

O Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) é a ferramenta informatizada utilizada para registrar, acompanhar e gerenciar as necessidades de compra que compõem o PAC.

Importância:

- Cadastro obrigatório de todas as solicitações para que elas sigam o fluxo regular;
- Demandas não planejadas exigem justificativas detalhadas, podendo comprometer o prazo de execução.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

2.3 Planilha de Planejamento

Antes de inserir os dados no PGC, muitas unidades organizam suas demandas por meio de planilhas internas. Isso ajuda na consolidação das informações e facilita a conferência dos dados.

Exemplo de Modelo de Planilha:

Material ou Serviçco	Grupo	Classe	PDM	Descrição	Código CATMAT do item	Data de conclusão da compra	Prioridade
Material	VEICULOS	VEÍCUOS SOBRE RODAS	CAMINHÃO CARGA	CAMINHÃO CARGA, POTÊNCIA MOTOR:250 CV, COMBUSTÍVEL:DIESEL, TIPO MOTOR:DIESEL, CAPACIDADE CARGA:45.000 KG, TIPO CARROCERIA:ABERTA - GUINDASTE, COR:VERDE	601837		

2.4 Cursos e Tutoriais

A fim de apoiar os servidores no uso correto do PGC, o Governo Federal disponibiliza diversos materiais de apoio:

- Portal de Compras do Governo Federal:

Acesse a área de "Capacitação" para tutoriais e manuais: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/cursos-e-capacitacoes

- Escola Virtual de Governo (EV.G):

Cursos sobre o PGC e o Plano Anual de Contratações podem ser encontrados pesquisando por "PGC" ou "Plano Anual de Contratações": https://www.gov.br/escolavirtual/

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

3. A Base Legal e a Legislação Aplicada

O respaldo das operações de compras públicas se encontra em uma legislação robusta, que orienta e regula o procedimento.

3.1 Lei nº 14.133/2021

Conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, essa lei estabelece:

- Normas gerais para a realização de licitações e contratações;
- Critérios de transparência e competitividade;
- Flexibilização dos procedimentos para a modernização do processo de compras.

3.2 Normas Complementares

Além da nova lei, há diversas instruções normativas e comunicados internos que atualizam os procedimentos, garantindo que a UFV esteja em conformidade com as melhores práticas.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

4. Capacitação Contínua e Ferramentas de Apoio

A correta utilização dos sistemas e o conhecimento atualizado das normativas são essenciais para o sucesso dos processos de contratação.

4.1 Importância da Atualização

Investir em cursos e treinamentos:

- Reduz riscos de erros processuais;
- Aumenta a eficiência e a agilidade do processo;
- Garante conformidade com as normas legais.

4.2 Principais Plataformas de Capacitação

- Escola Virtual de Governo (EV.G): Cursos específicos para licitações, contratos e o Sistema PGC.
- Portal Compras.gov.br: Material de apoio e tutoriais diversos.
- Cursos de Institutos como ENAP, TCU e CGU: Alternativas para aprofundamento no tema.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

5. Procedimentos Internos da UFV e o Sistema SIMPLUS

Após a fase de planejamento com o PAC/PGC, a formalização e execução do processo de compras se dá através do SIMPLUS.

5.1 O Sistema SIMPLUS

O SIMPLUS é o sistema utilizado pela UFV para gerir as solicitações de compra e contratação. Para utilizá-lo:

i. Acesso: O sistema só é liberado após a conclusão do treinamento obrigatório.
ii. Lançamento: Inclua sua solicitação, anexando os documentos obrigatórios (como o Estudo Técnico Preliminar e a Pesquisa de Preços).
iii. Acompanhamento: Utilize o SIMPLUS para monitorar todas as etapas do processo, nele o usuário acompanha se a solicitação foi aprovada, se já foi empenhada assim como o status de entrega do empenho. Para tal acompanhamento o número da solicitação deve ser anotado para facilitar a sua consulta.

5.2 Treinamento para o SIMPLUS

O treinamento é fundamental para garantir que todas as funcionalidades do sistema sejam corretamente utilizadas.

Mais informações e orientações podem ser acessadas no link:
Curso SIMPLUS UFV

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

6. Passos para Incluir Demanda no PAC/PGC

1. Fase preparatória interna (Interessado/Solicitante na unidade requisitante)
   a. Identificação da Necessidade: Defina com clareza o item ou serviço, justificando sua imprescindibilidade para as atividades da unidade. Especifique a quantidade, as características técnicas detalhadas, os padrões de qualidade e, se aplicável, os critérios de sustentabilidade.
      i. **Atenção** (UFV): Para materiais de uso comum (limpeza e papelaria), verifique a disponibilidade junto à Seção de Almoxarifado do seu campus antes de iniciar uma nova demanda.
   b. Estimativa Preliminar de Valor: O Interessado/Solicitante realiza uma estimativa inicial do custo da contratação, baseada em aquisições anteriores, cotações informais ou portais de referência.
   c. Alinhamento Estratégico (PDI): Verifique se a demanda está alinhada com os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV e com as metas da sua unidade. O PCA/PGC é um instrumento tático para alcançar os objetivos estratégicos.
   d. Preenchimento da Planilha de Planejamento da Demanda (UFV): A responsabilidade do Interessado/Solicitante nesta fase culmina com o detalhamento da necessidade e o preenchimento completo da Planilha de Planejamento da Demanda, que consolida todas as informações coletadas.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

6. Passos para Incluir Demanda no PAC/PGC

2.Encaminhamento e Análise Inicial (Agente de Compra):

- Repasse ao Agente de Compra: A planilha preenchida pelo Interessado/Solicitante é repassada ao Agente de Compra da unidade/setor.
- Análise pela Agente de Compra: O Agente de Compra analisa a planilha recebida, a clareza da demanda, a estimativa de valor e a documentação de suporte que possa ter sido anexada pelo solicitante.
- Suporte do Setor de Planejamento da UFV: O Setor de Planejamento da UFV (ex: Diretoria de Material - DMT) atua como suporte, orientando os Agentes de Compra e as unidades, e verificando a conformidade dos lançamentos e das informações que serão inseridas no sistema federal.

3.Elaboração da Documentação de Planejamento (Interessado e Agente de Compra):

- Com base na planilha preenchida pelo Interessado/Solicitante e nas informações da demanda, deve-se elaborar, ou coordenar a elaboração junto às áreas técnicas quando necessário, a documentação obrigatória para a contratação:
  - **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**: Conforme as diretrizes da UFV e a legislação vigente.
  - **Análise de Riscos (Mapa de Riscos):** Identificando e avaliando os riscos.
  - **Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico (PB):** Detalhando o objeto e incluindo a pesquisa de preços.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

6. Passos para Incluir Demanda no PAC/PGC

- O Interessado/Solicitante pode ser consultado pelo Agente de Compra para fornecer informações adicionais ou esclarecimentos durante esta etapa.
- **Atenção (UFV)** - Erros Comuns a Evitar:
  - Pedidos incompatíveis com o orçamento disponibilizado.
  - Quantidades em excesso ou insuficientes sem justificativa.
  - Falta de atenção à especificação detalhada do item.

4.Consulta e Inclusão no PCA/PGC via Compras.gov.br (Agente de Compra):

- Cronograma: O Agente de Compra deve seguir e acompanhar o cronograma estabelecido pelos órgãos/departamentos da UFV para o registro e envio dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD).
- Verificação de Previsão no PCA/PGC: O Agente de Compra acessa o Compras.gov.br (módulo PGC) e confirma se uma demanda similar já está prevista.
- Lançamento do DFD (Documento de Formalização de Demanda):
  - Nova Demanda: O Agente de Compra insere a nova demanda no sistema Compras.gov.br, utilizando os dados da planilha preenchida pelo Interessado/Solicitante e a documentação de planejamento (ETP, TR/PB) para preencher o DFD.
  - Demanda Existente (Ajustes): Se a demanda já estiver prevista, mas necessitar de ajustes, o Agente de Compra realiza as modificações no DFD correspondente.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

6. Passos para Incluir Demanda no PAC/PGC

5.Tratamento de Itens Não Previstos no PCA/PGC:

- Identificação e Justificativa pelo Interessado/Solicitante: Se o item for essencial e não previsto, o Interessado/Solicitante elabora uma justificativa robusta para a necessidade da aquisição e a impossibilidade de aguardar o próximo ciclo.
- Encaminhamento à Autoridade Competente: A justificativa é encaminhada, geralmente via Agente de Compra ou trâmite interno da unidade, à autoridade competente na UFV para análise e aprovação da inclusão.
- Inclusão no Sistema PGC pelo Agente de Compra: Após a aprovação formal, o Agente de Compra deve inserir o DFD correspondente no sistema Compras.gov.br (PGC).
- Prazo e Aprovação Especial: O Agente de Compra deve atentar ao prazo de inclusão, pois itens fora do prazo podem necessitar de aprovação especial.

6.Análise e Aprovação no Planejamento Institucional:

- Análise pelo Setor de Planejamento da UFV: Os DFDs registrados pelo Agente de Compra são analisados pelas instâncias competentes na UFV.
- Acompanhamento Ativo: O Interessado/Solicitante e o Agente de Compra podem utilizar o Compras.gov.br e os canais da UFV para monitorar o status da demanda.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

6. Passos para Incluir Demanda no PAC/PGC

7.Formalização da Demanda para Início da Compra (Pós-Aprovação no PCA/PGC - Atribuição do Agente de Compra):

- Aprovação e Consolidação do PCA: Demandas aprovadas compõem o PCA da UFV.
- Autorização para Compra: Com o PCA aprovado e dotação orçamentária confirmada, a autoridade competente autorizará o início do processo de compra.
- Formalização no SIMPLUS (UFV): Após a autorização, o Agente de Compra é responsável por acessar o sistema SIMPLUS da UFV e formalizar a demanda aprovada, utilizando os dados da planilha original e as informações do PCA/PGC, para dar início ao processo de compra propriamente dito.

Materiais de Apoio e Capacitação (UFV e Federal):

- Diretoria de Material da UFV (DMT) - Planejamento de Compras: https://www.dmt.ufv.br/planejamento-de-compras/ (Consulte para manuais, planilhas e cronogramas específicos da UFV)
- Gov.br Compras - Capacitação Fase Interna (PCA e PGC): https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/cursos-e-capacitacoes/capacite-se-teste-suporte-nao-deletar/fase-interna-planejamento-das-contratacoes/plano-de-contratacao-anual-pca-e-pgc

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

Checklist da solicitação de compras(SIMPLUS):

1. Identificação dos itens: Defina claramente o item ou serviço necessário, assim como a quantidade e especificações necessárias.
2. Verificação no PAC/PGC: Confirme que a demanda está prevista e registrada no sistema.
3. Documentação: Prepare a Pesquisa de Preços e o Estudo Técnico Preliminar (ETP) se necessário conforme as diretrizes da UFV e da Legislação.
4. Registro e Lançamento: Insira sua solicitação no SIMPLUS ou encaminhe para o Agente de Compras do seu departamento.
    a. Informar o código CATMAT ou SIMPLUS do item a ser adquirido, pode-se também realizar a busca através do botão Catálogo.
        i. Inclua se necessário a descrição complementar do item para enriquecer os detalhes para que o fornecedor consiga entender o que se espera que ele forneça. Evitando ausências de licitantes ou entregas de itens diferentes do esperado.
    b. Inclua no mínimo 3(três) orçamentos
    c. Clique no botão Adicionar para incluir o item em sua solicitação.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS – UFV

Antes de começar (Preparação):

1. **Identificação dos Itens:**
   - Defina claramente o item ou serviço necessário.
   - Especifique a quantidade e todas as características técnicas relevantes.
2. **Verificação no PAC/PGC:**
   - Confirme se a sua demanda (item ou serviço) está prevista e registrada no Plano Anual de Contratações (PAC) ou Plano de Gerenciamento de Contratações (PGC) do ano corrente.
   - Caso não esteja, providencie o lançamento no PGC antes de prosseguir no SIMPLUS.
   - Observação: Itens não constantes no PAC/PGC do ano corrente poderão ser cancelados.
3. **Documentação Obrigatória:**
   - **Pesquisa de Preços:** Prepare a pesquisa de preços com, no mínimo, três cotações.
   - Os orçamentos devem conter: Contato do Solicitante (Nome, e-mail, telefone), CNPJ/CPF do fornecedor, Razão Social/Nome do fornecedor, Data da pesquisa, Indicação de frete CIF (ou valor do frete), Descrição detalhada dos itens e seus valores.
   - As pesquisas devem estar de acordo com a IN 73/2020, sendo preferencialmente realizadas via Painel de Preços do Governo Federal.
   - **Estudo Técnico Preliminar (ETP):** Elabore o ETP, se necessário, conforme as diretrizes da UFV e a legislação vigente.
   - **Justificativa**: Caso não seja possível obter o mínimo de três orçamentos, prepare uma justificativa circunstanciada, assinada e carimbada.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

Registro e Lançamento no SIMPLUS:

1. Acesso ao Sistema e Início da Solicitação:
   - Acesse o SIMPLUS.
   - Na tela inicial de "Solicitações", clique no botão "+ Nova solicitação".
2. Orientações aos Solicitantes:
   - Leia atentamente as instruções na tela "Nova solicitação - Orientações aos Solicitantes".
   - Clique no botão "Próximo" .



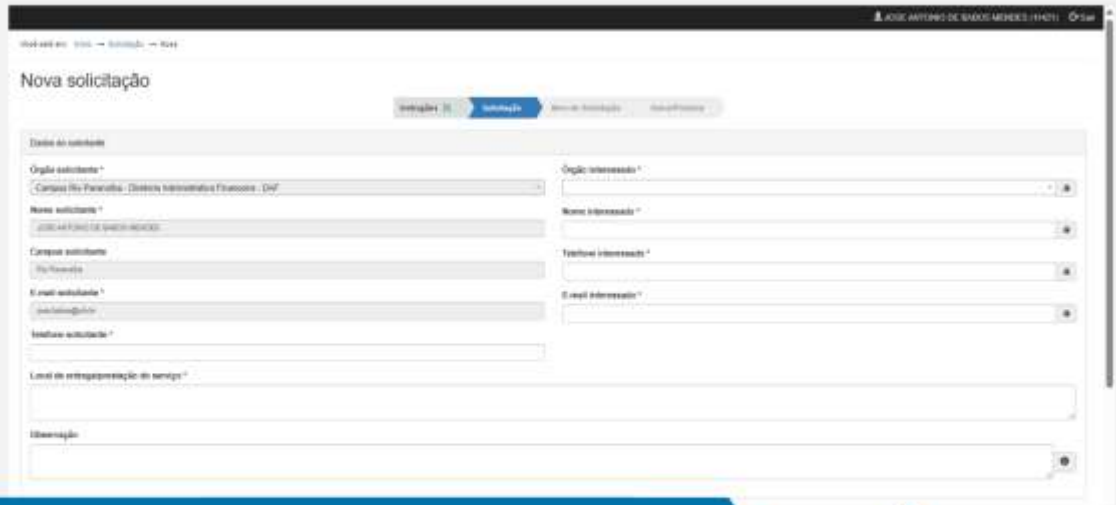


PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

3. Preenchimento dos Dados da Solicitação (Aba "Solicitação"):
   - Conforme a tela "Nova solicitação" :
     - **Dados do solicitante:**
       - Órgão solicitante: Selecione seu órgão.
       - Nome solicitante: Geralmente preenchido automaticamente.
       - Campus solicitante: Geralmente preenchido automaticamente.
       - E-mail solicitante: Verifique se está correto.
       - Telefone solicitante: Informe seu telefone.
     - **Dados do interessado:**
       - Órgão interessado: Selecione o órgão.
       - Nome interessado: Informe o nome.
       - Telefone interessado: Informe o telefone.
       - E-mail interessado: Informe o e-mail.
   - Local de entrega/prestação do serviço: Descreva detalhadamente.
   - Observação: Adicione informações relevantes sobre a solicitação.



PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

- **Célula orçamentária:**
  - Fonte de recurso: Selecione a fonte de recurso adequada (Ex: "Custeio - Funcionamento FO").
  - Detalhamento da despesa
    - Objetivo institucional: Selecione o objetivo da despesa (Ex: "01 - Promover ensino de qualidade nos cursos de graduação...").
    - Nível/Etapa ensino: Selecione o nível/etapa de ensino da despesa (Ex. "Graduação e área administrativa").
    - Categoria de apropriação: Selecione a categoria de apropriação (Ex. "Ensino e Gestão Administrativa").
    - Especificação da despesa: Selecione a especificação da despesa (Ex: "Material de Consumo").
- Após preencher todos os campos obrigatórios, o sistema habilitará a próxima etapa ou um botão como "Próximo".



PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

4.Inclusão dos Itens da Solicitação:

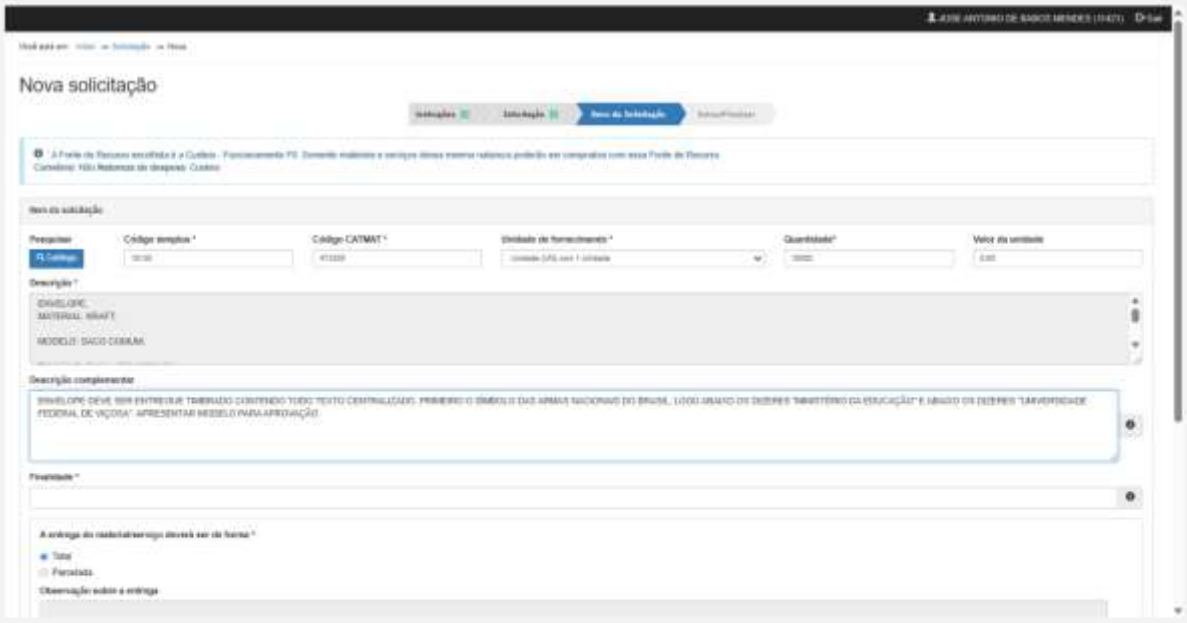
- Para que seja possível incluir um item em uma solicitação de compra, é necessário que ele esteja previamente cadastrado no Catálogo do SIMPLUS.
  - Caso não encontre o item que deseja no Catálogo do SIMPLUS, o solicitante ou interessado deve procurar o código do item (CATMAT OU CATSER) no catalogo de produtos e serviços do Governo Federal.
  - Enviar via e-mail para o setor de cadastro do respectivo campus, solicitando a inclusão daquele item no catálogo do SIMPLUS.
    - Campus de Viçosa:
      - Responsável: Patrícia Queiroz
      - Ramal: 31-3216-2651
      - e-mail: catalogo.dmt@ufv.br
    - Campus de Rio Paranaíba
      - Responsável: Marília Bernardes
      - Ramal: 34-3855-9312
      - e-mail: marilia.bernardes@ufv.br
    - Campus de Florestal
      - Responsável: Silvana Rodrigues Cristino
      - e-mail: silvana.cristino@ufv.br
- Na tela "Nova solicitação", na seção "Item da solicitação" temos o campo Pesquisar onde pode-se:
  - Utilizar o botão "Catálogo" para buscar o item da solicitação.
    - Ou informe o Código SIMPLUS ou Código CATMAT/CATSER do item.
- Inclua as seguintes informações na solicitação:
  - Unidade de fornecimento: Selecione o tipo de unidade do produto (Ex.: "Unidade (UN) com 1 Unidade").
  - Quantidade: Informe a quantidade desejada.
  - Valor da unidade: Informe o valor unitário estimado (baseado na sua pesquisa de preços).
  - Descrição: O sistema preenche automaticamente ao selecionar pelo catálogo..

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

- Descrição: O sistema pode preencher automaticamente ao selecionar pelo catálogo, ou você deverá preencher.
- Descrição complementar: Muito importante! Detalhe ao máximo o item para que o fornecedor entenda exatamente o que se espera. Ex.: "ENVELOPE DEVE SER ENTREGUE TIMBRADO CONTENDO TODO TEXTO CENTRALIZADO...". Isso evita ausência de licitantes ou entregas erradas.
- Finalidade: Descreva a finalidade do item/serviço.
- A entrega do material/serviço deverá ser de forma: Selecione "Total" no caso do *Campus* Rio Paranaíba, a entrega "Parcial" ocorre em aquisições via Registro de Preço.
- Observação sobre a entrega: Adicione detalhes se necessário.



PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

- **Lançar Pesquisa de Preço:**

a. Recomenda-se que a pesquisa tenha sido feita no máximo à 3 meses antes da solicitação;
b. Recomenda-se o uso do Painel de Preços para a realização das pesquisas;
c. A Pesquisa deve conter:
   i. Descrição do objeto a ser contratado;
   ii. identificação dos agentes responsável pela pesquisa;
   iii. caracterização das fontes consultadas;
   iv. série de preços coletados;
   v. método estatístico aplicada para a definição do valor estimado;
   vi. justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
   vii. memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e
   viii. justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º.
d. atentar-se aos valores do produto, deve se considerar o preço do produto cheio, sem descontos de promoções quando orçamentos realizados em sites.
   i. lembre-se de incluir no calculo do valor estimado o valor do frete de entrega.

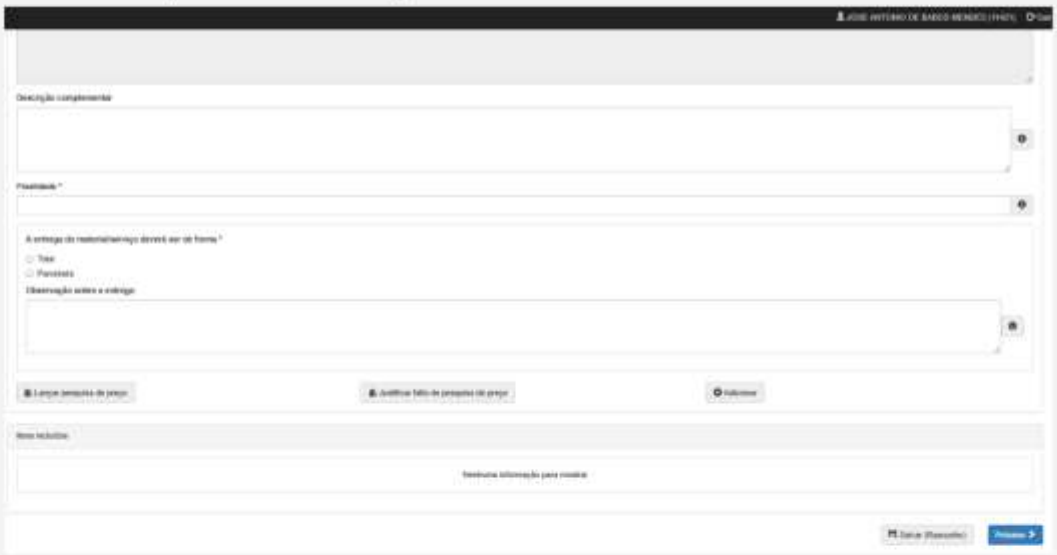
- Clique no botão "Lançar pesquisa de preço". Isso te levará para a tela de "Pesquisa de preço".
- Nesta tela:
  - Informe CNPJ/CPF do fornecedor (somente números).
  - Razão Social/Nome.
  - Valor da unidade.
  - Data da Pesquisa (não deve ter mais de 180 dias).
  - Clique em "Escolher arquivo" para anexar o orçamento (PDF, imagem, etc.).
  - Clique em "Incluir Pesquisa".

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

- Clique no botão "Lançar pesquisa de preço". Isso te levará para a tela de "Pesquisa de preço".
- Nesta tela:
  - Informe CNPJ/CPF do fornecedor (somente números).
  - Razão Social/Nome.
  - Valor da unidade.
  - Data da Pesquisa (não deve ter mais de 180 dias).
  - Clique em "Escolher arquivo" para anexar o orçamento (PDF, imagem, etc.).
  - Clique em "Incluir Pesquisa".



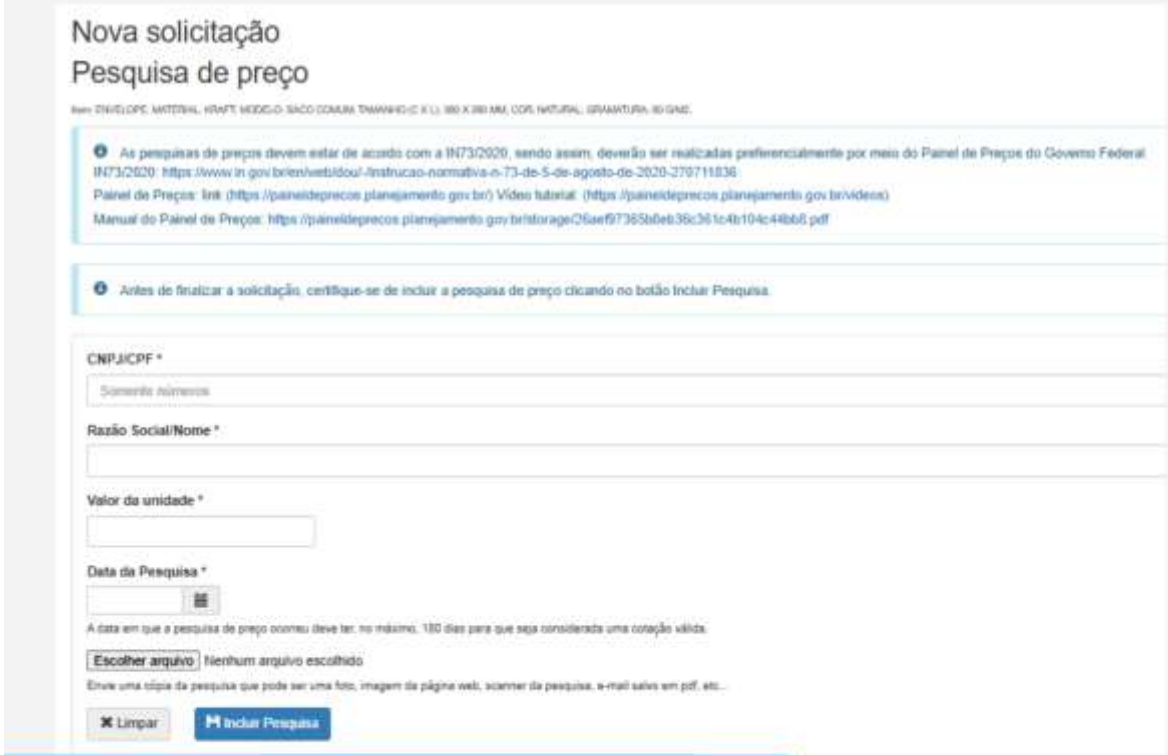
PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

- Repita este processo para incluir no mínimo 3 orçamentos.
- Se não for possível obter 3 orçamentos, utilize o botão "Justificar falta de pesquisa de preço" e anexe a justificativa.

- Após preencher os dados do item e anexar as pesquisas de preço, clique no botão **"Adicionar"** (localizado abaixo de "Justificar falta de pesquisa de preço" para incluir o item na sua solicitação. O item aparecerá na lista "Itens incluídos".
- Repita o processo para todos os itens que deseja solicitar.



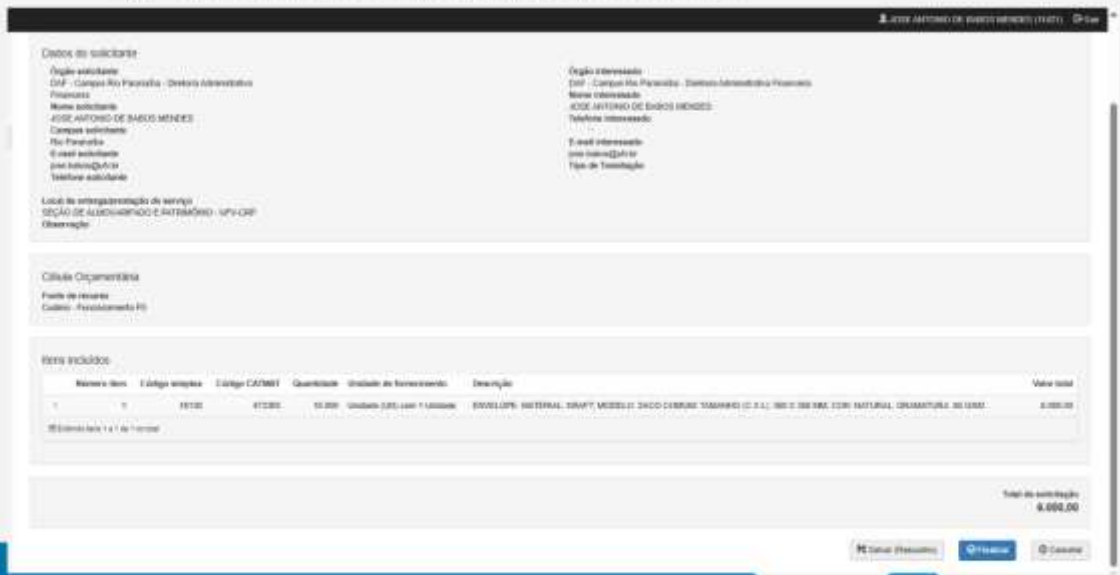
PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

5. **Salvar e Finalizar a Solicitação (Aba "Salvar/Finalizar"):**
   - Acesse a aba "Salvar/Finalizar" ou, se houver um botão direto, utilize-o. A tela mostra um resumo da solicitação antes de finalizar.
   - **Revisão**: Confira todos os dados da solicitação: Dados do solicitante, Dados do interessado, Local de entrega, Fonte de recurso e os Itens incluídos com seus respectivos valores.
   - **Salvar como Rascunho (Opcional, mas recomendado):**
     - Clique no botão "Salvar (Rascunho)". Isso permite que você retorne e faça alterações posteriormente, se necessário. Uma solicitação salva como rascunho aparece com status "Salva como rascunho" na lista inicial.
   - **Finalizar Solicitação:**
     - Se tudo estiver correto, clique no botão "Finalizar".
     - O sistema exibirá uma mensagem de confirmação: "Finalizar a solicitação não permitirá alterações. Prosseguir?". Clique em "OK" para confirmar.
   - Anote o Número da Solicitação: O sistema gerará um número para sua solicitação (Ex: "007179"). Anote este número para consultas futuras.



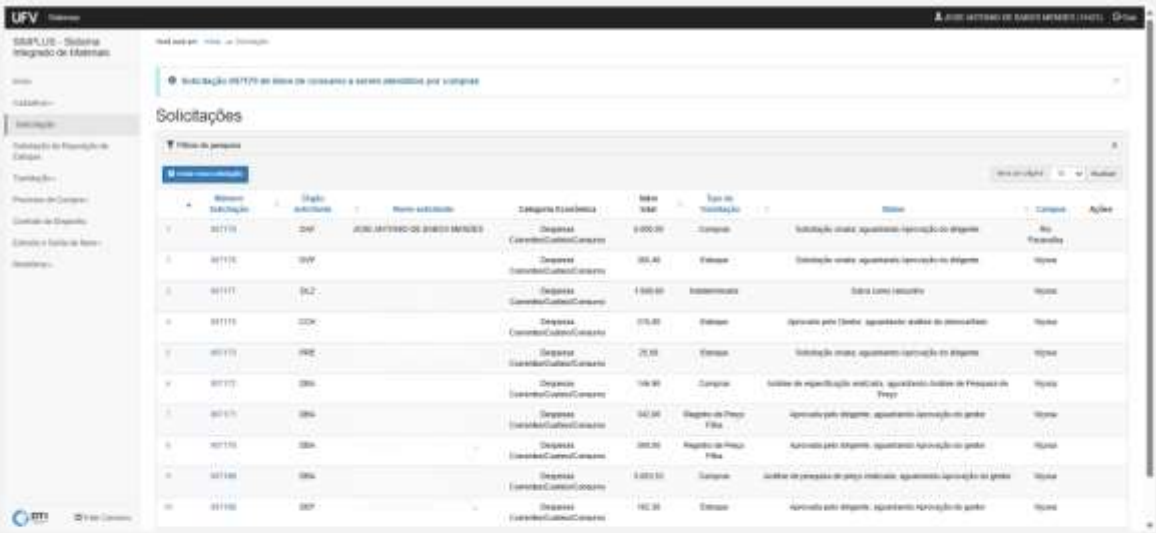
PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

7. Passo a Passo para Solicitação de Compras no SIMPLUS - UFV

Acompanhamento da Solicitação:

1. Utilize o número da solicitação para acompanhá-la no próprio sistema SIMPLUS.
2. Verifique também o e-mail cadastrado, pois as atualizações de status podem ser enviadas por lá.
3. Na tela inicial de "Solicitações", você pode visualizar o status da sua solicitação (Ex: "Solicitação criada, aguardando Aprovação do dirigente").
4. Pode-se também entrar em contato com o Serviço de Material ou com a Seção de Almoxarifado e Patrimônio com o número da solicitação em mãos para pedir auxilio na verificação do status da compra.



PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

8. Passos Após a Aprovação da Solicitação de Compra.

1. Instauração Formal do Processo de Contratação:
   - A unidade de compras da UFV formaliza o processo no SEI, compilando a solicitação aprovada, estudos técnicos preliminares (se houver), termo de referência/projeto básico, pesquisa de preços, e demais documentos exigidos pela Nova Lei de Licitações e normas internas.
2. Elaboração do Edital e Anexos:
   - A equipe de licitações da UFV elabora o edital (instrumento convocatório) e seus anexos, em conformidade com a Nova Lei de Licitações, definindo as regras do certame, critérios de julgamento, e minutas contratuais.
3. Publicação do Edital:
   - O edital é publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, conforme o caso, em outros meios de divulgação exigidos legalmente e pelas normas da UFV, garantindo a ampla publicidade. (Art. 54, Lei 14.133/2021)
4. Realização da Sessão Pública da Licitação (Ex: Pregão Eletrônico):
   - Condução da sessão pública, recebimento de propostas, fase de lances (se aplicável), e julgamento das propostas pelo Pregoeiro ou Comissão de Contratação.
   - **O interessado deve acompanhar e estar disponível para esclarecimentos**.
5. Adjudicação e Homologação:
   - Após a definição do vencedor, o objeto da licitação é adjudicado a ele.
   - A autoridade competente homologa o resultado da licitação, confirmando a validade do processo.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

8. Passos Após a Aprovação da Solicitação de Compra.

6.Geração da Nota de Empenho:
- Com a licitação homologada e o contrato assinado (ou instrumento equivalente), é gerada a Nota de Empenho, que reserva o valor no orçamento para o pagamento dos itens a serem adquiridos.

7.Entrega dos Itens:
- Os itens são entregues pelo fornecedor, no Almoxarifado Central do Campus da UFV referente a solicitação de compra.
- O interessado é formalmente notificado sobre a chegada dos materiais.

8.Conferência e Ateste da Entrega pelo Interessado:
- Responsabilidade Crucial: O interessado (ou servidor por ele formalmente designado) deve comparecer ao local de entrega para:
  - **Conferência Quantitativa:** Verificar se a quantidade entregue corresponde ao solicitado e ao descrito na Nota de Empenho e no documento fiscal.
  - **Conferência Qualitativa:** Inspecionar se os itens estão em conformidade com as especificações técnicas da solicitação de compra e do edital (modelo, marca – se justificada e licitada –, características, integridade, validade, etc.).
  - **Atestar a Nota Fiscal/Documento de Entrega:** Se tudo estiver em conformidade, o interessado (ou designado) atesta o recebimento no documento fiscal ou em termo específico. Este ato é fundamental para o prosseguimento do pagamento. (Art. 140, Lei 14.133/2021 - fiscalização do contrato)

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

8. Passos Após a Aprovação da Solicitação de Compra.

9.Liberação para Pagamento:

- Somente após a confirmação da conformidade dos itens pelo interessado (atesto), o setor responsável (Almoxarifado/Patrimônio) registra o recebimento definitivo e o processo é encaminhado para o setor financeiro para a liquidação e o pagamento ao fornecedor.

10.Disponibilização/Entrega ao Interessado:

- Após os trâmites de recebimento, registro patrimonial (se aplicável) e liberação, os itens são efetivamente entregues ao interessado para seu uso.



11.**Finalização da Solicitação de Compra:**

- Somente após a conclusão de todas essas etapas, incluindo o recebimento e atesto dos bens ou a correta prestação dos serviços, o solicitante/interessado deve considerar que sua solicitação de compra foi finalizada.
- Acompanhamento Contínuo: Cabe ao interessado acompanhar ativamente todo o processo, desde a aprovação da solicitação até o recebimento final, mantendo comunicação com os setores de Compras, Almoxarifado e Financeiro da UFV, conforme necessário.



PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

9. Dicas Importantes e Boas Práticas

- Planeje com Antecedência: A elaboração e registro das demandas devem ser feitos o quanto antes para garantir o cumprimento dos prazos.
- Seja Detalhista: Documente todas as informações de forma clara e completa.
- Mantenha-se Atualizado: Consulte periodicamente os canais oficiais (UFV, Portal de Compras) para as últimas atualizações normativas.
- Busque Apoio: Em caso de dúvidas, consulte a Diretoria de Material (DMT) ou sua chefia.
- Organize Seus Arquivos: Mantenha um registro atualizado dos documentos e versões utilizados para futuras auditorias.

PLANO DE AÇÃO

GUIA PARA COMPRAS PÚBLICAS
SERVIDORES UFV
Guia Completo para Processos de Compras e Contratações
Versão 1.0 | Data: Abril/2025

10. Considerações Finais e Sugestões Adicionais

Este manual foi elaborado para orientar e facilitar os procedimentos de compras públicas na UFV. Lembre-se de que:

- As normas e procedimentos estão sujeitos a atualizações.
- A constante capacitação é essencial para a eficácia e a transparência dos processos.
- Em caso de dúvidas sobre o processo de compras sempre entre em contato com o setor responsável pelas compras e com a sua chefia imediata.
- O manual deve ser revisto e atualizado periodicamente para refletir as melhores práticas e mudanças nas normativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu de uma inquietação prática e recorrente no cotidiano da Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba (UFV-CRP): a percepção, por parte de docentes e técnicos-administrativos, de que a qualidade dos produtos adquiridos via licitação nem sempre atendia às necessidades institucionais. A investigação buscou, portanto, não apenas medir essa percepção, mas compreender suas causas, que frequentemente apontaram para falhas na especificação dos produtos e para um desconhecimento geral sobre as etapas do processo licitatório. O impacto disso se reflete em prejuízos diretos às atividades de ensino, pesquisa e administração, gerando ineficiência e desperdício de recursos públicos.

Diante deste diagnóstico, o desenvolvimento do "Guia Estratégico para o Processo de Compras Públicas na UFV" , este produto técnico-tecnológico não é apenas um compilado de normas, mas uma resposta direta e fundamentada aos problemas identificados na pesquisa. Seu propósito é traduzir a complexidade do rito processual, desde o Planejamento Anual de Contratações (PAC) até o recebimento do bem, em uma linguagem acessível e um formato passo a passo, capacitando o servidor a se tornar um agente ativo na busca pela qualidade.

A premissa central que norteia o guia é o empoderamento do servidor solicitante. Reconhece-se que a garantia da qualidade começa muito antes da licitação, na elaboração de uma demanda bem especificada e justificada. Ao fornecer as ferramentas e o conhecimento para que cada demandante possa descrever detalhadamente suas necessidades, o guia visa reduzir a ambiguidade que, muitas vezes, resulta na aquisição de produtos inadequados, ainda que em conformidade com um edital genérico. Adicionalmente, reforça-se a responsabilidade crucial do interessado na conferência qualitativa no ato do recebimento, fechando o ciclo de gestão da qualidade. Reconhece-se, contudo, que a mera disponibilização de um manual não é suficiente para transformar a cultura organizacional. O sucesso desta proposta depende de sua efetiva implementação e do engajamento de gestores e servidores.

Conclui-se que a qualificação da demanda é a pedra angular para a garantia da qualidade nas compras públicas. Este trabalho, ao oferecer um diagnóstico e uma solução prática, busca contribuir para que a UFV-CRP otimize seus processos, alinhe as aquisições às suas necessidades reais e, em última instância, cumpra sua missão institucional com maior eficiência e economicidade. Espera-se que este guia seja um aliado valioso para os servidores, promovendo uma gestão pública mais eficaz, transparente e comprometida com o resultado final.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Discente:
José Antonio de Babos Mendes
jose.babos@ufv.br

Data de Realização do Relatório:
Abril de 2025.

Orientador:
Prof. Dr. Gilberto Venâncio Luiz
gilberto.luiz@ufv.br



REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. . 5 out. 1988.

BRASIL. Manual de auditoria operacional. 4. ed. Brasília, BRASIL: Tribunal de Contas da União, 2020. Disponível em: www.tcu.gov.br.

BRASIL. LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos. . 1 abr. 2021.

BRASIL, Tribunal de Conta da União. Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU. Brasília. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/cartilha-manual-ou-tutorial/licitacoes-e-contratos-orientacoes-e-jurisprudencia-do-tcu. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Portal de Compras do Governo Federal, 2025. Capacite-se. Página destinada a centralização de vídeos tutoriais e webinares. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/cursos-e-capacitacoes. Acesso em: 15 maio 2025.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Ao Senhor
Renato Adriane Alves Ruas
Diretor Geral - UFV - Campus Rio Paranaíba

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado "Qualificando a Demanda, Garantindo a Qualidade: Guia Estratégico para o Processo de Compras Públicas na UFV", derivado da dissertação de mestrado "A percepção dos técnico-administrativos e docentes sobre a qualidade dos produtos adquiridos via licitação", de autoria de José Antonio de Babos Mendes.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Material didático e seu propósito é auxliar os servidores da instituição a entender o processo de compra e comprar melhor.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço profiap@ufv.br.

Cidade, UF 13 de julho de 2025.

Registro de recebimento

gov.br Documento assinado digitalmente
RENATO ADRIANE ALVES RUAS
Data: 17/09/2025 09:31:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura, nome e cargo (detalhado) do recebedor

Discente: José Antonio de Babos Mendes, Mestrando

Orientador: Gilberto Venancio Luiz, Doutor

Universidade Federal de Viçosa

10 de junho de 2025

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA